



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31/10/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Presentes estão a Vereadora Soninha Francine, membro da Comissão de Finanças e Orçamento; e os Vereadores Gilson Barreto e Eduardo Suplicy.

Há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da décima oitava audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2018, que tem como objetivo discutir o PL 536/18, de autoria do Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2019 - Orçamento do Município de São Paulo de 2019”.

Os temas a serem tratados nesta audiência são: Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios *On-Line*.

Para esta reunião, convidamos o Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Filipe Sabará; a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Berenice Maria Giannella; Dras. Paula Sant’anna Machado, Ana Carolina Oliveira Golvim Schwan e Fernanda Dutra Penteado, Defensoras Públicas, a quem pedirei que acompanha a Mesa como representante da Defensoria Pública.

Esta reunião foi publicada em jornal de grande circulação. No dia 19/10/18, no jornal *O Estado de S.Paulo* e, no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 22/10/18. No Diário Oficial da Cidade de S.Paulo, foi publicado nos dias 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 30 e 31 de outubro.

Convidamos também para compor a Mesa o Coordenador da Coordenadoria do Orçamento, neste ato representando a Secretaria Municipal de Finanças, Sr. Ahmed Sameer El Khatib.

Informo que o Vereador Gilson Barreto está designado como Relator Geral do Orçamento para o ano de 2019. Desejo sorte a este Vereador que está sem seu sétimo

mandato nesta Casa e já presidiu, se não todas, quase todas as Comissões, inclusive esta, na qual tem ampla experiência.

Anuncio a presença da CTEO, que sempre nos prestou um grande trabalho, e a Secretaria Legislativa, que sempre colabora e muito com as nossas atividades dessa agenda.

Depois desta audiência, haverá mais três, para, na primeira semana de dezembro, procedermos à primeira votação e aguardaremos as emendas parlamentares, que terão o prazo de duas sessões para serem apresentadas, só para então darmos início aos debates antes de encerrarmos o ano legislativo.

Pela prerrogativa de ser o parlamentar mais velho desta Casa, o nobre Vereador Gilson Barreto está presidindo a Comissão de Administração Pública, que está em sua terceira reunião. Após o término dessa reunião, a Relatoria desta Comissão será passada para S.Exa.

Informo que as inscrições para discussão referente às duas Pastas estão abertas – do nosso lado direito – e são conjuntas, para que alguém que esteja interessado em debater um assunto referente a uma delas não fique esperando o término da discussão da outra.

Começaremos com a apresentação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Tem a palavra o Secretário.

O SR. FILIPE SABARÁ – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa; os Vereadores presentes; a Soninha; o Jair Tatto; o Relator; a Defensoria Pública, os colegas Secretários e todas as pessoas presentes.

Mais uma vez, é um prazer e uma honra estar aqui com vocês para debatermos esse assunto tão importante para o Município de São Paulo.

Vou falar em linhas gerais e depois vou passar para a Gitane, que vai fazer uma apresentação um pouco mais técnica.

Basicamente, para 2019, recebemos da Fazenda um orçamento bastante parecido com o que está sendo executado em 2018, que teve como prioridade ainda a proteção especial

devido à situação econômica e de necessidade de pessoas em situação de maior vulnerabilidade. A tendência, como foi dito no ano passado, é que, com os anos, consigamos priorizar ainda mais a proteção básica. Recebemos o orçamento de 1 bilhão, 200 milhões e 87 mil reais, o equivalente mais ou menos ao que nós vamos executar em 2018, que será algo em torno de 1 bilhão e 228 milhões.

Agora passo a palavra à minha Secretária-Adjunta, que vai fazer uma apresentação mais técnica sobre as divisões e também faremos uma apresentação sobre um dos nossos programas, talvez o de maior sucesso desse último ano. Acho que fica mais didático demonstrarmos assim.

A primeira apresentação é sobre a tangibilidade do que traduzimos do SUAS para a população em situação de rua, que é uma das grandes prioridades para a nossa cidade, que sabemos ser uma cidade de oportunidades e onde muitas pessoas acabam migrando e, por vários motivos, não só esse, acabam indo viver nas ruas. É, portanto, nossa obrigação, criarmos mecanismos, serviços, propostas e programas para que essa população seja acolhida.

Podem passar o primeiro *slide*, por favor.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. FILIPE SABARÁ – Antes de comentar o primeiro, anuncio a presença dos Srs. Joaquim e Zenildo, convidados por nós para virem até a frente.

Peço permissão para apresentar o que chamamos de Jornada da Autonomia, que nada mais é do que o programa do SUAS para inclusão de pessoas em situação de rua, com uma divisão em quatro passos.

A Jornada da Autonomia foi o parâmetro que nós nos baseamos para construir e utilizar o orçamento com a população em situação de rua em 2018, quando foi implementado um sistema de qualificação do SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social, representado pelo passo número 1. Hoje, são quase 600 pessoas que realizam essa

abordagem, a partir de convênios com OS que abordam essas pessoas que estão em situação de rua.

O passo número 2 é o acolhimento. Em São Paulo, atualmente, há quase 18 mil vagas – especificamente 17 mil e 782 – para o atendimento diário da população de rua. Entre 2017 e início de 2018, foram construídos 18 Centros de Acolhida, totalizando quase 18 mil vagas de acolhimento, que, além dos Centros de Acolhida que já tínhamos em São Paulo, incluem os CTAs e os Atende, com cinco unidades que atendem pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas; serviço instalado na própria casa de uso.

O passo número 3 é o Trabalho Novo, e é sobre esse programa que eu queria falar antes de passarmos para a questão mais técnica do Orçamento, e por isso que convidamos o Zenildo e o Joaquim para estarem conosco. O número de empregados no Trabalho Novo já está em mais de 1.520 pessoas que estavam em situação de rua, o que demonstra que um acolhimento qualificado, a capacitação socioemocional e também profissionalizante, além da participação da sociedade civil, juntamente com empresas solidárias, que oferecem os empregos, têm sido efetivas; ou seja, a população de rua pode, sim, ser incluída em programas de emprego e não mais somente em situação de acolhimento. As empresas têm se mostrado muito interessadas em ampliar esse programa. Hoje já são 115 empresas participando do programa Trabalho Novo e já totalizam 2.522 pessoas que estavam em situação de rua e que já foram empregadas. Em torno de 80% delas permanecem nos empregos por pelo menos seis meses.

Só para concluir, a implementação que estamos fazendo é do primeiro programa de *Housing First* de São Paulo, ou seja, de moradia social através de locação social para pessoas em situação de rua. Inicialmente são 441 habitações que estão sendo negociadas com a Secretaria da Habitação. O orçamento já foi aprovado pelo Governo Federal e, em breve, teremos uma unidade já entregue, provavelmente, segunda quinzena de dezembro para que pessoas em situação de rua sejam incluídas nesse processo do *Housing First*, ou seja, moradia

primeiro, com locação social para população em situação de rua.

Voltando ao Trabalho Novo, no ano passado quando a gente falou desse programa acabou ficando somente a parte teórica, então, por isso que a gente combinou e convidou o Joaquim e o Zenildo para que eles viessem. As empresas que os contrataram, os liberaram. Um deles trabalha em uma empresa terceirizada de limpeza e o outro trabalha no McDonald's e no Grupo Pão de Açúcar.

Queria pedir para que eles pudessem fazer um breve depoimento sobre a experiência deles. Por que estamos fazendo isso? Para mostrar algum caso positivo. A gente sempre fala de questões negativas, dos desafios, dos problemas que são enormes, mas acho que vale a pena também a gente aproveitar para conhecer casos de sucessos. Esses dois que vão falar representam, então, as 2.522 pessoas empregadas pelo Trabalho Novo.

Vou, então, passar brevemente a palavra para eles para que possam contar suas experiências e como tem sido esse trabalho.

O SR. ZENILDO - Bom dia. A grande experiência do Trabalho Novo é uma grande oportunidade para o brasileiro porque as empresas sempre dão emprego, claro, mas não com oportunidade como foi dado pelo Trabalho Novo. A pessoa que quer trabalhar vai adquirir uma grande oportunidade, principalmente o povo de rua. Então, foi um trabalho muito bem desenvolvido. Eu agradeço a oportunidade. Hoje eu trabalho no Pão de Açúcar e estou fazendo um ano lá e, graças a Deus o Trabalho Novo que entrou, a oportunidade que foi dada e nós temos que aproveitar essa oportunidade. Então, não pensamos que todos são iguais porque, às vezes, a pessoa pensa que todos os políticos são iguais, mas ninguém é igual a ninguém. Quem quer fazer o bom, faz bem. Quem quer ajudar, ajuda. Então, só isso. Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM – Sou Joaquim, sou limpador de vidros. Eu entrei na empresa Amaro Julina quando estava em uma situação difícil, como o cidadão acabou de citar, eu estava até mesmo no CTA localizado na Celso Garcia e eu fui para entrevista.

Primeiramente eu fiz o curso, porque tem de ter um curso que a gente faz. Esse curso fica na mão de uma pessoa responsável que cadastra o nome da gente - dados pessoais, com documentações, xerox, etc. - e essa pessoa tem que ter o *know-how* de ter paciência e esperar. Fiquei aproximadamente cinco meses, mas nunca perdi a esperança que uma hora as portas iriam se abrir para mim.

Eu até queria dizer que alguns dos meus colegas que concluíram esse curso e pegaram o diploma, muitos deles ficaram desmotivados porque não é que faz o curso hoje e já vai ser chamado amanhã. Existe uma seleção. A empresa precisa de 10 pessoas no caso e vão 20. Dez deles são selecionados de acordo com o perfil daquela companhia. Então eu esperei cinco meses e durante esse tempo eu não desanimei, sempre estava procurando alguma coisa, mas não encontrei.

Quando eu recebi a comunicação que ia ser entrevistado no interesse de emprego aqui na Dom José de Barros, eu fiquei muito contente. Graças a Deus, foi esse trabalho na empresa Amaro Julina e presto serviço no CIEE, localizado na Rua Tabapuã, 540. É uma grande empresa, todo mundo aí conhece a CIEE, uma empresa conceituada mundialmente. É bacana, o pessoal trata a gente muito bem. Gosto de todos eles e só tenho a agradecer.

Se alguém aí estiver procurando trabalho, se fez o curso, e está com o diploma, mesmo que esteja um pouco parado – 3, 4 meses -, por favor, não desista. Uma hora as portas vão se abrir, tenho certeza. A todos vocês, muito obrigado e boa tarde. (Palmas).

Comecei lá na Amaro Julina e entrei como auxiliar de limpeza, mas nesse período um rapaz saiu de férias, ele foi para Bahia viajar e ver sua mãe, sua família e eu fiquei exercendo a função dele de limpador de vidros. Como eu sou um cara que tinha muita experiência na área civil, eu peguei esse trabalho muito rápido, foi desenvolvido bastante. Quando ele chegou, um cidadão chamado Carlos Magnus, diretor de segurança patrimonial, o rapaz saiu do Amaro Julina porque arrumou outra posição melhor em outra empresa de manutenção. Então, eu estava na Vila Mariana e recebi um comunicado do RH depois de dois

dias que eu tinha que voltar para o Itaim. Eu perguntei: “Por quê? Eu não estou servindo aqui?” Ela falou: “Não, você vai ser promovido a limpador de vidros.” Então, muito obrigado. No outro dia eu fui e estou lá há um ano e dois meses.

Então, isso é muito bacana. Esse trabalho me tirou de um perrengue porque o cidadão até citou que o albergue, no caso o CTAs, não é só botar o rapaz lá dentro, por a pessoa para dormir e comer. Eu acho que o caminho mesmo é trabalho. A única coisa que deixa a gente com autoestima, considerado, respeitado, é o trabalho. O trabalho é importante na vida de qualquer ser humano. Sem trabalho, infelizmente, não acontece nada, só desprezo.

A todos vocês, boa tarde e muito obrigado.

O SR. FILIPE SABARÁ – Queria agradecer o depoimento do Joaquim e do Zenildo. Como dito, eles representam mais de 2.500 pessoas empregadas pelo Trabalho Novo. É um programa pioneiro em São Paulo. Não existia um programa específico de emprego para população de rua com tanto sucesso. Repetindo, não é só de sucesso que nós vamos falar, a gente sabe que há desafios e problemas que temos para resolver, mas eu quis começar a falar com esse programa, eu acho que traz orgulho para São Paulo saber que nós temos o maior programa de empregabilidade para população de situação de rua do Brasil.

Vou passar, então, para a Gitane, Secretária-adjunta, para que ela inicie a fala mais técnica sobre o orçamento.

Muito obrigado a todos.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Bom dia. Gostaria de cumprimentar a Mesa. Bom dia, Vereadores, todos os presentes, Defensoria, Dra. Paula, Ahmed, Secretária Berenice, Secretário Filipe.

Meu nome é Gitane Leão e sou secretária-adjunta da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Falando um pouquinho para vocês do orçamento. Então, aqui na apresentação a gente traz o quadro histórico do orçamento da SMADS, aberto pelos fundos e pelas SMADS,

então, a gente tem uma visão histórica e a gente traz aquilo que a gente recebeu de parâmetro no ano de 2019 da Secretaria da Fazenda.

- A oradora passa a referir-se às imagens em tela de projeção.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Só queria colocar um ponto que já foi abordado anteriormente, mas a gente fez uma proposta inicial da SMADS de um orçamento de 1.5 bilhão aproximadamente e recebemos da Secretaria da Fazenda uma disponibilidade orçamentária de 1.287. Esse orçamento é muito parecido com as linhas que a gente teve em 2018.

Olhando a fonte 00, SMADS, temos 137 milhões para 2019 e nos fundos, fonte 00, 1.01 bilhão. Fonte 2, que é o recurso Federal, 83.600 milhões aproximadamente. E fonte estadual, 65 milhões aproximadamente, totalizando 1.287 bilhão, como mencionado.

Olhando do ponto de vista de como esse recurso está distribuído, a gente tem 1.18 bilhão para parcerias, que é praticamente o que a gente teve em 2018. Então, a gente teve, em 2018, 1.17 bilhão. Outras despesas que inclui SMADS, contratos, toda a parte de pessoal, temos um orçamento de 269 milhões. Quando a gente compara em relação ao ano passado, a gente teve 299 milhões. Temos o total de 1.287 bilhão em comparação com o orçamento do ano passado que foi de 1.316 bilhão.

Falando um pouco da execução. Então, quando a gente olha aqui, a gente traz os números que representam aproximadamente 71% do nosso orçamento. A execução aberta nos grandes públicos que a gente atende dentro da secretaria. Então, o primeiro público que é o mais representativo do ponto de vista orçamentário, crianças e adolescentes e jovens. Então, terá uma execução em 2018 de aproximadamente 504 milhões para um orçamento de 531 em 2019. População em situação de rua, um orçamento de 261 milhões em 2019. Quando comparado a 2018, 248 milhões. A população idosa, a gente sai de um orçamento de 67

milhões para 69. Pessoa com deficiência, de 38 milhões para 40 e mulheres de 11 milhões aproximadamente para 11 milhões. Então, aqui olhando a divisão por público.

Fazendo um detalhamento em relação a esses públicos, o primeiro que é crianças e adolescentes, só mencionando qual é a nossa rede, temos aproximadamente 484 CCAs. Logo, a maior parte do recurso para crianças, adolescentes e jovens está localizado nesse equipamento. Temos uma capacidade hoje de 71 mil vagas, quase 72 mil. Temos também essa concentração em CJ. Temos aproximadamente 57, seis mil vagas. Temos uma série de outros equipamentos também destacando: SAICAs, com 131 SAICAs na Cidade representando 2470 vagas; serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, 24 parcerias, totalizando 2070 vagas.

Para 2019, temos como proposta dentro desse orçamento a implantação de um SPVV com 110 vagas, duas repúblicas jovens com 24 vagas e dois SAICAs com 30 vagas.

Olhando o público, pessoa em situação de rua, a maior parte dos nossos recursos está localizada nos centros de acolhida. Então, aqui tem todo um detalhamento de quais são esses centros de acolhida e a gente tem também outros serviços como os de abordagem social de pessoas em situação de rua.

Projeto autonomia em foco, serviço de inclusão social e produtiva, república para adultos a gente tem quatro na Cidade. Vamos falar um pouco mais sobre as repúblicas, totalizando 195 vagas. Como eu mencionei no chat anterior a gente sai de 248 milhões para 261 milhões que aqui basicamente são referentes aos equipamentos que a gente já abriu em 2018. No começo do ano abrimos alguns CTAs, por exemplo, o CTA Canindé, que foi o primeiro CTA para a família.

População idosa. A gente sai de um orçamento de 67 para 69 milhões e a gente tem como proposta de implantação para 2019, uma ILPI, com a capacidade de 30 pessoas e aí a gente lembrando da última audiência, muito provavelmente será em Itaquera essa ILPI que é onde a gente tem um processo mais avançado. Só para contar o que a gente tem de rede de

serviços para idosos, temos 91 núcleos de convivência para idosos totalizando 12 mil vagas, temos 14 ILPIs, são as instituições de longa permanência para idosos, totalizando 480 vagas. Temos 16 centros dias, totalizando 480 vagas e um Cresce, totalizando 400 vagas.

Falando um pouco de pessoa com deficiência a gente sai de um orçamento de 38 milhões para 41 milhões aproximadamente. A proposta para 2019 é a implantação de duas residências inclusivas sendo que uma a gente já tem aberta, que é a da Penha. A segunda é em Parelheiros, totalizando 20 vagas e hoje o que a gente tem na nossa rede de serviços são 38 núcleos de apoio para inclusão social com pessoas com deficiência, totalizando 2680 vagas, dez residências inclusivas, totalizando 172 vagas.

Falando sobre mulheres a gente praticamente permanece com o mesmo Orçamento, então, a gente não propõe, considerado o recurso, a gente não propõe nenhuma expansão. Hoje temos aproximadamente 20 parcerias voltadas para mulheres, sendo 15 centros de defesa de convivência da mulher e cinco centros de acolhida para mulheres vítimas de violência, totalizando 1700 vagas aproximadamente.

A gente trouxe o mapa também, em função da solicitação da audiência passada, só para mostrar como a gente distribui aqui do ponto de vista dos serviços da cidade. Aqui a gente trouxe a proteção social básica. Quando você olha o mapa, a gente fez uma legenda e as cores representam onde estamos investindo mais recursos na cidade. Quando a gente olha esse mapa, o vermelho sendo que a gente investe mais e o mais clarinho a gente investe menos. A gente tem um investimento praticamente na cidade toda, com a concentração nas bordas da cidade, que é onde existem os territórios de maior vulnerabilidade. Hoje a nossa rede custa e investimos 535 milhões aproximadamente. Essa é a cifra para 2019, contando as pequenas implantações que citei.

Quando a gente olha a proteção social especial, fazendo a mesma análise, a gente tem uma concentração mais no centro, em função basicamente das pessoas em situação de rua. Com destaque da zona Leste, que a gente tem uma concentração de SAICAs, que são os

equipamentos de acolhimento à criança e adolescentes.

Só para finalizar, a pedido do nosso Vereador Jair, para ser bem breve, a gente traz os destaques do orçamento de 2019, o que a gente está trazendo de novo. Implantação de novos equipamentos, no total é um ILPI, uma residência inclusiva, um CCInter, duas repúblicas jovens e dois SPVVs.

Trabalho novo. A gente traz pela primeira vez aqui uma linha de orçamento, uma previsão de orçamento com o objetivo de garantir esse processo que nosso Secretário apresentou para vocês e que a gente entende que gera autonomia e gera uma saída qualificada dos nossos equipamentos. É uma forma de a gente garantir eficiência porque as pessoas são acolhidas e são desenvolvidas, porque esse é o foco da Secretaria para uma jornada de autonomia.

Educação permanente. A gente está propondo aqui, apesar da restrição orçamentária 2,7 milhões para capacitação da rede de trabalhadores do SUAS. Isso também ao longo de nossa jornada, de todas as nossas interações foi colocada a importância que a gente capacitasse nossos orientadores e todas as nossas redes com relação a humanização do atendimento. Então, a gente conseguiu reservar um recurso para que essa capacitação seja feita.

Contratação de servidores. A gente tem previsto no orçamento a contratação de 150 assistentes sociais e talvez a grande ação do ano é o reordenamento de duas mil vagas de centros de acolhida para repúblicas, com o objetivo de fortalecer ainda mais a saída qualificada da nossa rede. Como eu mostrei a gente tem poucas repúblicas, poucas vagas de república e também ao longo da nossa jornada, das nossas interações. Temos recebido isso como demanda para que a gente possibilite o processo de autonomia dentro dos nossos serviços.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Secretária Berenice Maria Giannella, da Secretaria de Direitos Humanos. Anuncio a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso e do Dr. Luiz Orsati, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia a todos, é um prazer estar aqui nesta Casa. Bom dia, Secretário Felipe, nossos colegas de governo e meus colegas de Defensoria Pública. Só para fazer um momento primeiro sobre alguns trabalhos que a Secretaria faz, eu vou pedir para passar um filme que trouxemos rapidinho de três minutos sobre o programa Portas Abertas para os emigrantes, que é um programa de ensino da língua portuguesa para os emigrantes, que é feito em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Como eu disse, esse é um programa em parceria nossa com a Secretaria Municipal de Educação, que tem tido bastante sucesso com os imigrantes que precisam aprender a língua portuguesa.

Em relação a 2018 a proposta orçamentária desse ano está com 18% a menos do que tinha sido previsto em 2018 em relação ao orçamento da Secretaria. O fundo municipal do idoso tinha 35 mil, para 2019, 610 mil, portanto 1.642% a mais. O Funcad tinha 103 milhões. A previsão para 2019, 129 milhões, com 24% a mais. Embora a previsão seja 18% menor do que para 2018 há de se considerar que em 2018 nós tivemos um congelamento, um contingenciamento de verbas de 43 milhões, então, até o momento o que nós temos disponíveis na Secretaria são 69 milhões, então, se a gente comparar o disponível esse ano na Secretaria com a proposta do ano que vem, a proposta do ano que vem está maior do que nós temos disponibilizado e que gastamos até o momento.

Até o momento temos empenhado apenas 44 milhões. Nós temos o programa de metas, temos alguns projetos no programa de metas, o projeto cidade amiga do idoso, universidade aberta na pessoa idosa, direitos humanos na cidade, centros de cidadania e selo de direitos humanos e diversidade.

Vou falar primeiro sobre a população em situação de rua. Temos as realizações de 2018, tivemos um pote Pop Rua, com a Secretaria de desenvolvimento econômico, temos o

coral pop rua, o programa circuito cultural Pop Rua, realizamos o primeiro seminário internacional de habitação social, em parceria com a Secretaria de Habitação. A primeira edição do prêmio é dia 19 de agosto, vamos finalizar até o final do ano o programa de locação social em parceria com o Sehab e com a Smads, que o Felipe Sabará já comentou. O projeto Barbearia Chá do Padre, que é uma emenda parlamentar. Também trabalhamos em curso de formação para zeladores e Guarda Civil Metropolitanos, tentando melhorar a questão da zeladoria e da cidade, com relação ao respeito à população em situação de rua. Também participamos de um grupo de trabalho para prevenção da mortalidade da população em situação de rua por hipotermia e a capacitação profissional dessas pessoas com o Senac.

Para 2019 nós temos como novidade o fomento, as ações culturais voltadas para a população de rua, então vamos repetir algumas ações de 2018 que são ações em continuidade, teremos o fomento, ações culturais, voltados para a Pop Rua. O segundo Seminário Internacional de Habitação Social e a segunda edição do Premio 19 de Agosto, que são as novidades.

Com relação à área do Coordenadoria de Juventude, nós estamos em andamento com o Programa Bolsa Trabalho, Juventude, Trabalho e Fabricação Digital, tivemos a semana da Juventude e a eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude. Para 2019 vamos ter 442 mil do Tesouro Municipal e 2,4 milhões de transferências federais, especialmente, para implantação do programa de reparação psicossocial que é para vítimas de violência, um programa em parceria com o Ministério da Saúde. Teremos a inauguração da Estação da Juventude, que é uma parceria com a Secretaria Nacional da Juventude e teremos a repetição da Semana da Juventude.

Com relação a criança e adolescente dentro da Secretaria, depois eu vou falar do Conselho Municipal e do Funcad tivemos o grupo de trabalho da Secretaria de Governo, com a elaboração e o lançamento do plano municipal da primeira infância. O plano está pronto e nós fizemos algumas audiências públicas e ele deve ser lançado agora nesse mês de novembro.

Também vamos completar a elaboração do Plano Municipal de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, que virá como resultado da conferência municipal, que será agora. Também teremos uma parceria com a casa Roup, para acolhimento de famílias de crianças com câncer em tratamento e fizemos a capacitação dos conselheiros tutelares pela própria Secretaria. A primeira turma já foi capacitada, a segunda será agora em dezembro, em datas já definidas.

Nós tivemos as palestras que foram ministradas aos conselheiros tutelares que nós consideramos como capacitação. Para 2019 nós pretendemos implementar o Plano Municipal da Primeira Infância, teremos o lançamento e a implementação do Plano Municipal de Proteção Integral da Criança e do Adolescente e vamos continuar com as duas parcerias e implantar os sistemas CIP/ACT que nós precisamos de dados dos conselhos tutelares de atendimento para as nossas crianças e adolescentes.

Na área de igualdade racial, em 2018, tivemos a reabertura dos centros de referência da zona Leste e zona Norte, o lançamento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que será agora possivelmente no mês de novembro, também tivemos curso de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, também teremos entre os dias 18 e 20 a Virada da Consciência, com uma programação bastante extensa em conjunto com a Faculdade Zumbi dos Palmares. Tivemos a criação da Secretaria Executiva da Promoção da Igualdade Racial, a nossa Secretária Elisa Lucas está aqui presente. Teremos até o final do ano a eleição do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial. Para 2019, teremos 2,4 milhões de verba prevista e teremos como novidade a reabertura do centro de referência da zona Sul, a abertura do Centro de Referência da zona Oeste, a primeira edição do Prêmio Nelson Mandela, a primeira edição do Selo de Promoção da Igualdade Racial, a Feira Afro Empreendedora e a Implementação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, que será lançado agora e implementado em 2019.

Em relação à questão das drogas, nós tivemos em 2018 a implementação do Programa Mães da Luz, o primeiro Seminário Internacional de Políticas Sobre Drogas e o

Projeto Tempo de Viver. Vamos lançar até o final de ano a cartilha informativa do Comuda, o Conselho Municipal da Política de Drogas. Para 2019 nós vamos continuar o Programa Mãe da Luz e vamos trabalhar na realização do segundo Seminário Internacional de Política Sobre Drogas, além de termos começado a fazer parte do Programa Redenção, da equipe que trabalha com o Programa Redenção.

Em relação à Educação e Direitos Humanos, em 2018, nós tivemos um apoio ao grupo de trabalho da identificação das ossadas de Perus, em parceria com o MDH. Vamos ter, hoje à noite, a entrega do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Também, ainda, teremos, neste ano, a entrega dos prêmios Dom Paulo Evaristo Arns e Alceri Maria Gomes da Silva. Fizemos em agosto e setembro o Festival Entretodos, que é um festival de curtas-metragens, em parceria com a Spcine, e teremos, ainda, antes do final do ano, o Festival de Direitos Humanos, para comemorar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para 2019, nós vamos ter um milhão e 300 no Tesouro, Fonte 00, e 85 mil de transferência de recursos federais. Então, além do que nós já fizemos em 2018 e que será repetido em 2019, nós teremos os três últimos, aí, que são programas novos, para 2019: o Programa de Formação em Direitos Humanos, em parceria com a EMASP, para os servidores; a implementação do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos; e a criação de um portal de Educação em Direitos Humanos.

Na área de LGBTI, em 2018, nós tivemos o Programa Transcidadania, que começou centralizado e depois foi realizado nos nossos equipamentos descentralizados – o que foi uma boa medida, porque ficou mais próximo da população. Tivemos: a manutenção dos centros das zonas Leste, Norte, Centro e Sul; as Unidades Móveis de Cidadania; a 22ª Parada LGBTI; o segundo Casamento Coletivo, que vai acontecer agora, em dezembro; e a segunda Caminhada da AIDS, que também será agora, em dezembro.

Para 2019, com 11 milhões do recurso do Tesouro Municipal, nós vamos continuar

com o Programa Transcidadania, que faz parte, inclusive, do Programa de Metas da Prefeitura. Os cinco últimos itens são: a implantação do Centro de Cidadania da Zona Oeste; a abertura de duas repúblicas LGBTI, em parceria com a SMADS; a 23ª Parada LGBTI; o terceiro Casamento Coletivo; e a terceira Caminhada da AIDS.

Imigrantes e promoção do trabalho decente: em 2018, a cidade de São Paulo recebeu 300 imigrantes venezuelanos, em uma parceria com o Governo Federal. Tivemos: a ampliação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, o CRAI, que também faz parte do Programa de Metas da Prefeitura; o Programa Portas Abertas, que foi o que mostramos aí, no filme; a primeira eleição do Conselho Municipal de Imigrantes; a regularização da Comtrae, a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo; a estruturação de um projeto de Cooperação Internacional Sul-Sul, com a OIT, sobre empregabilidade; e uma formação continuada de servidores dentro da EMASP, o curso “Somos todos imigrantes”.

Para 2019, nós teremos as últimas quatro ações que estão previstas aí como novidade, que são: a implementação da Unidade Móvel para Atendimento de Imigrantes, que é o CRAI Móvel; a ampliação do Programa Portas Abertas; a execução da Cooperação Internacional Sul-Sul, com a OIT; e o desenvolvimento e a sistematização do fluxo de atendimento para trabalhadores resgatados.

Em relação à pessoa idosa, em 2018, nós mantivemos o Polo Cultural da pessoa idosa, no Cambuci – o que era uma das metas. Tivemos a regulamentação do Fundo Municipal do Idoso e a criação do seu Conselho de Orientação e Administração Técnica, que era o que nós precisávamos para começar a pensar na utilização dos recursos do Fundo. Tivemos a capacitação dos conselheiros, por meio da Escola de Conselhos, e a criação do GT Intersetorial para Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, que ocorreu na semana passada. São Paulo vai receber até o final do ano o Selo Inicial do Programa Cidade Amiga do Idoso, que também estava no Programa de Metas, e tivemos a eleição do Grande Conselho Municipal

do Idoso.

Para 2019, como ações novas, são as três de baixo: a implantação do Espaço Longevidade; o lançamento e a implementação do Plano Municipal Intersetorial de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa; e a inauguração da Casa Segura.

Com relação às mulheres, nós assinamos o contrato, que foi possível via emenda parlamentar da Vereadora Adriana Ramalho, para desenvolvimento do Observatório da Violência contra a Mulher. Houve a manutenção dos nossos centros de atendimento às mulheres, tanto dos CCMs quanto dos CRMs. Pretendemos finalizar, até o final de dezembro – no máximo, no começo de janeiro –, a Casa da Mulher Brasileira. Também pretendemos finalizar a Casa de Acolhimento Provisório. Reativamos o Ônibus Lilás, a nossa unidade móvel de atendimento. Fizemos capacitação da Guarda Civil Metropolitana no Programa Guardiã Maria da Penha. Também tivemos a eleição do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres. Além disso, esta política foi privilegiada com a criação de uma Secretaria Executiva de Políticas para Mulheres, que a Sra. Ana Cláudia assumiu na semana passada.

Para 2019, como programas novos, são os quatro últimos. Teremos a implementação do Plano Municipal e a implantação do Projeto Tempo de Despertar, que é um trabalho com os homens que praticaram violência contra as mulheres. Vamos implementar a parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para o Programa Tem Saída e pretendemos lançar o Observatório da Violência contra a Mulher.

Em relação ao Centro Público de Economia Solidária, em 2018, nós fizemos a manutenção do Centro e o cedemos para a utilização do Conare e da Amlurb. Para 2019, nós não temos propostas previstas. Pretendemos reativar a Incubadora de Empreendimentos Solidários, mas dependemos, ainda, de um recurso federal.

A Ouvidoria de Direitos Humanos foi efetivamente criada em 2018. Nós iniciamos a reforma e a inauguração do novo espaço de atendimento, ali, na Rua Falcão Filho. Inauguramos o Núcleo de Direitos Humanos, que é o Descomplica SP de São Miguel, junto

com a Secretaria das Prefeituras Regionais. Isso também estava no Programa de Metas.

Para 2019, nós vamos manter o que já temos, o Núcleo de Direitos Humanos de São Miguel e a Ouvidoria, e vamos implantar quatro novos Núcleos de Direitos Humanos dentro da expansão do Descomplica SP.

Localização de familiares desaparecidos: em 2018, nós implantamos alerta de desaparecimento nas unidades de saúde. Elaboramos a Política Municipal para Pessoas Desaparecidas. Fizemos: uma capacitação na Rede Municipal de Saúde Socioassistencial; um termo de cooperação com a SMADS, criando um posto avançado de atendimento e o Projeto Caminhar; e um termo de cooperação com a Secretaria de Segurança Pública, no Projeto Reconhecendo. Para 2019, teremos a implementação da Política Municipal e a continuidade da capacitação da Rede Municipal de Saúde Socioassistencial.

Em 2019, na Cooperação Internacional, nós estamos finalizando a redação de um Prodoc, de uma Cooperação Internacional com a UNESCO, que vai abranger ações na área de PopRua, Educação em Direitos Humanos, drogas e LGBTI.

Em relação ao Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade, houve o lançamento do Selo e o lançamento do *site*. A primeira premiação será na semana que vem. Para 2019, além da segunda edição do Selo, nós vamos fazer encontros bimestrais da rede de acompanhamento e pesquisa sobre potencial de compras e contratações públicas na inclusão da diversidade no setor privado.

Na área administrativa, é questão de salários. Enfim, vamos pular isso.

Participação social – ações previstas para 2019: nós teremos a Conferência Municipal de Imigrantes, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em março, a Conferência Municipal da Juventude e a Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas. Teremos a eleição do Conselho Municipal de Políticas LGBTI, a eleição da Comissão Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, a eleição do Conselho Municipal Indígena, a eleição do Conselho Municipal de Participação da Comunidade

Nordestina e do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool – e, evidentemente, o apoio às atividades desses órgãos colegiados.

O Fumcad é um fundo específico previsto no estatuto. Foi instituído em 1992, aqui, em São Paulo, e teve sua legislação atualizada em 2014. Desde a sua criação, já foram apoiados 886 políticas, projetos e programas. O CMDCA tem cinco comissões permanentes. Se formos comparar, em termos do que recebemos de recurso, nós temos uma previsão, como eu disse no começo, na Lei Orçamentária, de receber 126 milhões, que é a maior parte do Orçamento, que são as receitas que vêm das destinações do Imposto de Renda.

Nós temos aí, nesse outro quadro, a evolução das doações do Fumcad, de 2012 a 2017. Em 2018, nós celebramos, já, 87 parcerias com os recursos do Fumcad e houve um aumento de 85% em relação ao realizado em 2017. Tivemos 650 mil crianças e adolescentes beneficiados e iniciamos um mapeamento e redesenho dos fluxos de trabalho do Conselho, além de realizarmos, agora, em novembro, a Conferência Municipal, tanto a lúdica quanto a convencional.

Em relação ao Fumcad, é verba do Tesouro. É para o suporte administrativo do Conselho e desenvolvimento de sistema de doações. Nós vamos trabalhar com a Secretaria da Fazenda e retomar um projeto antigo que havia, de um novo sistema das doações do Fumcad. Teremos a eleição do CMDCA em março e a eleição dos conselheiros tutelares no final do ano. Também já iniciamos o mapeamento e georreferenciamento das organizações e dos projetos financiados, para que possamos direcionar melhor os recursos para o próximo edital.

Fomento a projetos: nós tivemos 99 classificados e 94 aptos à captação, em relação ao edital de 2017. Depois, nós temos o Fundo Municipal do Idoso. Eu já falei que nós teremos uma verba bem maior em 2019.

Em linhas gerais, era isso e estou à disposição, aqui, para os questionamentos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Obrigado, Secretária.

Eu preciso repassar um endereço que eu acho de extrema importância. É evidente que nós não conseguimos ouvir todos e trazer todos a esta Casa. Então, quem puder anotar, é: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2019. Esse *site* está aberto para sugestões. Diria que, no ano passado, foi um sucesso. Eu não me lembro, aqui, mas foram milhares de manifestações. Ao longo da nossa Audiência, nós vamos divulgando, novamente.

São 40 inscrições. Podemos considerar razoável ouvir 40 opiniões? Vamos encerrar as inscrições? Nós estamos aqui para ouvi-los. Evidentemente, se alguém se sentir contemplado na fala de outro e declinar, agradecemos, até por conta do tempo.

Muito bem. Nós queremos ouvir, agora, a Dra. Ana Carolina, que é da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Em seguida, minha proposta é ouvir em torno de 15 a 20 inscritos e permitir que os Vereadores também possam se manifestar. Aí, faremos uma primeira rodada para respostas dos Srs. Secretários. Muito bem? Dra. Ana Carolina?

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA GOLVIM SCHWAN – Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite do Vereador, pela presença da Defensoria, aqui, nesta Audiência tão importante para o Município de São Paulo. Vim, hoje, juntamente com as minhas colegas do Núcleo da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência e do Núcleo de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher. Eu sou Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo.

Inicialmente, nós ficamos muito preocupados com o Orçamento que foi apresentado, especialmente no que tange à pasta da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município. Tivemos algumas reuniões. Fizemos alguns estudos. Oficiamos, na semana passada, à SMADS e tivemos algumas respostas.

Em que o Orçamento hoje apresentado prejudicaria os serviços implementados ou os eventuais? Com relação aos serviços atuais, segundo a Secretaria, não haveria um prejuízo efetivo, mas, no que tange à Criança e Adolescente, que é a parte que me toca, o Orçamento previsto impediria a implantação de cinco SPVVs e quatro CCAs. Impediria o reordenamento

dos SAICAs, para atender à resolução conjunta do COMAS e do CMDCA, de capacidade de 20 para 15. Além disso, impediria a criação de 1.900 novas vagas de atendimento nessa rede e o incremento na qualidade dos serviços.

Uma questão que me toca especialmente é com relação a não ser possível a implementação do equipamento necessário para atender crianças e adolescentes em situação de rua, porque hoje nós não temos um equipamento que atenda às necessidades específicas desse público. Segundo a Secretaria, o orçamento proposto, inicialmente, para atender crianças e adolescentes, era de 533 milhões – e só foram disponibilizados 488 milhões, 45 milhões a menos do que o solicitado.

Então, como Coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria de São Paulo, eu venho pleitear que seja aprovado um orçamento necessário para atender a crianças e adolescentes, porque é uma prioridade não só legal, mas constitucional. Quero me colocar à disposição desta Casa e da Secretaria para colaborar, para que não tenhamos um efetivo prejuízo a esse público, que é prioridade.

Também, com relação ao serviço de atendimento à pessoa idosa e com deficiência e às mulheres, as minhas colegas vão poder falar um pouco melhor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, agora, tem a palavra a Dra. Fernanda Dutra.

A SRA. FERNANDA DUTRA PINCHIARO – Olá. Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer à Câmara dos Vereadores, também, por esta oportunidade de a Defensoria Pública se pronunciar. Eu sou Coordenadora do Núcleo de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.

Então, nós estamos aqui, também, nessa condição de coordenação, para pleitear esse aumento do orçamento, naquilo que foi indicado inicialmente, para as necessidades atuais dos serviços. Os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência estão

bastante concentrados, hoje, na Assistência Social, onde se concentra o maior número de equipamentos e de serviços destinados especificamente a esses dois grupos.

Pelos dados apresentados, então, pela SMADS, a partir do ofício que a Dra. Ana Carolina mencionou, teríamos, então, um aumento, previsto até 2020, para 870 vagas de ILPIs.

E, no entanto, só haverá 30 vagas a mais pelo orçamento inicialmente proposto.

Além disso, vai haver um prejuízo também em equipamentos que são muito importantes para o resgate da autonomia e da vida independente, que é um marco, é uma prioridade legal. Do ponto de vista da legislação, é o resgate da vida independente e da autonomia das pessoas idosas e pessoas com deficiência. No caso, especificamente de idosos, os centros/dia não terão qualquer avanço no serviço. Então, as vagas da rede atual são de 480. Estava previsto um aumento para 780 e, no entanto, não haverá qualquer aumento nesse serviço. O único aumento será de LPI e 30 vagas que na verdade já não atendem à demanda atual, porque hoje alguns equipamentos, inclusive Centros de Acolhida Especial para Idosos têm pessoas aguardando em filas para acessarem essas instituições de longa permanência. Tem um caráter, inclusive, de moradia sob a perspectiva do amparo social.

Não haverá expansão de núcleo de convivência, de Centro de Referência da Pessoa Idosa e, no que diz respeito às pessoas com deficiência também, o único equipamento será um, que a princípio será instalado numa quantidade de dez vagas. Hoje também já são muitas as pessoas que estão aguardando vaga nesse equipamento, que também tem esse atendimento sob a perspectiva da moradia.

De qualquer modo, o que se repara, então, a partir desses dados, é que obviamente não haverá uma qualificação do serviço que existe hoje, porque não existiria orçamento para isso. Não haverá expansão da rede para atendimento de uma demanda que já existe hoje e os únicos serviços que serão implementados serão os serviços de acolhimento institucional integral e não serviços que se destinam a propiciar o resgate ou a manutenção da autonomia e da vida independente da pessoa idosa.

Também queria ressaltar e destacar que a prioridade na destinação de recursos pelo Estatuto do Idoso é uma expressa disposição de lei, então, é uma prioridade orçamentária. Enfim, muito obrigada pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, doutora. O primeiro inscrito é Fábio Siqueira, depois D. Maria do Socorro e Natanael de Jesus Oliveira. Por favor, três minutos.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, nobre população paulistana. Hoje é uma audiência muito especial, pois trata dos segmentos sociais desta cidade, que continuam muito vulneráveis, pelo que as doutoras acabaram de falar. Parece uma constatação óbvia pela falta de investimento e de prioridade do Governo Municipal na questão das políticas públicas para todos os segmentos sociais vulneráveis.

Então, vamos começar aqui muito didaticamente saudando os Vereadores, os dois Secretários, a Defensoria Pública e especialmente os conselhos municipais aqui presentes: o Conselho do Idoso, o Conselho da Assistência Social, o Conselho da Criança e do Adolescente, todos os conselhos que representam segmentos legais e institucionais.

Começando pelo tema da questão da assistência social, é lamentável, é cruel, é absurdo, é anti-humano não executar a dotação para a construção e a ampliação do CRAS e CREAS. O CRAS e o CREAS são equipamentos fundamentais para a promoção e ampliação da assistência na cidade de São Paulo. É lamentável que, por exemplo, a Dotação 3394, 550 mil reais não tenha sido executada este ano. De 1º de janeiro a 30 de setembro, a Secretaria do Sr. Sabará não executou nenhum centavo dessa dotação, como também do CREAS. O CREAS, 400 mil reais para construir os centros especializados e também nada foi executado. Gostaria de saber por que não houve essa priorização.

Na questão do Fundo Municipal da Assistência Social, um fundo bilionário, não dá para entender porque a Dotação 1058, construção e implantação de equipamentos e serviços para atendimento a crianças e adolescentes, doutoras, 810 mil reais também não foi executado nada até 30 de setembro. Será que criança e adolescente deixou de ser prioridade? É

lamentável, gostaria que o atual Prefeito Bruno Covas também se manifestasse sobre isso.

As dotações para a população idosa, construção e implantação de equipamentos e proteção/convivência à pessoa idosa e ampliação e reforma e requalificação de equipamentos e proteção/convivência à pessoa idosa, totalizando um milhão e 400 mil reais, nada foi executado, zero. Será que vai ser executado algo ainda este ano ou ano que vem vai se repetir o problema de desrespeito da gestão Doria/Bruno em relação ao idoso e à criança e ao adolescente?

Vamos tratar agora dos direitos humanos. A Casa da Mulher Brasileira virou uma novela, três milhões de reais e não vi nada executado, nenhum centavo foi executado nos nove primeiros meses. Será que dá para acreditar que a obra sairá do papel numa área carente como a área do Glicério, bastante necessária de equipamentos sociais?

Questão da juventude, políticas para infância e juventude, mil reais executados neste 2018. É lamentável, não há nenhuma prioridade para a juventude na cidade de São Paulo.

Programas e políticas para idosos, outro desrespeito da gestão Doria/Covas. De dois milhões de reais executaram 12 mil reais em oito meses, ou seja, mil reais por mês na questão das políticas para idosos.

A Meta 8, as universidades abertas à população idosa, mais um dinheiro não executado. Nem mesmo foi empenhado esse dinheiro, por que deixaram a população sem o API? É lamentável, Secretária Berenice, que isso continue acontecendo.

Programas, participações e ações da população, participação social na Secretaria, nada executado. Os conselhos pedem a verba, ela existe e dizem que é congelada. Quem congela verbas para direitos humanos desrespeita os direitos humanos. Vão congelar verbas dos magnatas, dos bilionários, das empresas corruptas e picaretas e não mexam com os direitos humanos, que é um direito de todos nós, especialmente dos segmentos vulneráveis. (Palmas) Os patrocinadores das campanhas atucanadas, das piratarías, congelem esse

dinheiro, não mexam com o dinheiro dos direitos humanos.

Por fim, para encerrar, os dois últimos temas, população negra, igualdade racial, 340 mil reais em dez meses numa verba de quatro milhões. Por que desrespeitar a população negra? O ex-Prefeito Doria cancelou a própria secretaria. Que desrespeito à negritude brasileira. Vamos entrar agora no mês de novembro com a população negra.

E, para encerrar, a população indígena sumiu do orçamento. Eu vi sobre as conferências, mas não vi as políticas públicas para os indígenas da cidade de São Paulo, sendo que a verba é apenas 25 mil reais executados. Então, é lamentável o desrespeito contra os segmentos sociais na capital paulista.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – D. Maria do Socorro, em seguida Natanael.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia. Desculpa, estou com a voz assim afônica, com problema, porque há dois meses e dez dias eu perdi meu filho e foi um choque muito grande. Já que o papai do céu não me tirou, é sinal de que ainda não parei e nem posso parar.

Fico triste porque o idoso já tem dificuldade. Têm duas pessoas aqui da Defensoria que defendem a criança, o idoso com mobilidade reduzida, mas não esqueçam que o idoso está aumentando, a gente não quer que cuidem da gente quando estivermos capengando. A gente tem que ter prevenção, para evitar que fiquemos sem nenhum apoio, sem nenhuma proteção, sem nenhuma ajuda.

Acho que vocês sabem muito bem que o idoso está aumentando proporcionalmente em demasia. Com a criança, tudo bem. Com o jovem, tudo bem. Querem olhar o idoso como? No caixão? No hospital? Na favela? Na rua? O idoso tem capacidade sim. Prevenção, educação, trabalho, esporte, cultura, porque nós somos anciãos. Nós somos a base, nós somos o alicerce. Isso sim, vocês, jovens de hoje, serão os idosos de amanhã. Quantas pessoas aqui são quarentões? Quantas pessoas aqui têm 50? O que vocês esperam se não

temos estrutura?

Tenho 77 anos, meus cabelos estão brancos, trabalho numa ONG com 4.787 pessoas lá na Águia de Haia, que nada tem. Em Itaquera tem só a URSI, vocês sabem a quantidade da população de Itaquera? Nem um fórum nós temos lá em Itaquera, o fórum do idoso. Quem representa aqui Itaquera? Sabe me dizer quem representa? Ninguém, só aqui, D. Socorro. Há muitos anos estou aqui falando a mesma coisa.

Trabalhei na Febem e os jovens com quem trabalhei hoje em dia são avós. O que vocês acham disso? Que esperança nós temos? Nenhuma?

Queremos que vocês tenham um olhar mais amplo para o idoso. Prevenção, cultura, educação, esporte, formação e oportunidade, porque trabalhamos sem ter nenhuma remuneração. É bom ter um olhar, porque idoso vota. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, D. Maria. Natanael, em seguida a Girilândia Santana, ambos conselheiros do Comas.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Bom dia à Mesa e a todo o pessoal da assistência social e da Secretaria de Direitos Humanos. Obrigado por aceitarem o convite para poder mostrar aos Vereadores que o orçamento que está aqui na Câmara Municipal não é suficiente para a gente executar as nossas atividades em 2019.

Sou Natanael, conselheiro do Comas, representando a sociedade civil e sou coordenador da Comissão de Finanças no Conselho. A SMADS já comentou a questão da cota orçamentária e o Conselho acabou discutindo a proposta orçamentária. A gente estava num andamento muito bom, num valor de 1 bi e 526, quando na última reunião da Comissão de Finanças, a SMADS teve de acatar os parâmetros da Secretaria da Fazenda.

Então, na reunião da Comissão de Finanças houve duas propostas. A proposta de 1 bi e 526, que era a proposta inicial da SMADS e mais o que o conselho estava orientando: o reajuste dos convênios em 2019; a verba de manutenção do serviço, que estava sendo afetada com a proposta de 1 bi e 284, que hoje é de 1 bi e 287. Então, o valor já veio até três milhões a

mais aqui para a Câmara Municipal.

O Conselho acabou fazendo o que? O Conselho, pela primeira vez na sua história, rejeitou os parâmetros da Secretaria da Fazenda. Por quê? Se o Conselho aprova os parâmetros da Secretaria da Fazenda, ele aceita o corte e a redução de serviço para 2019. Porque na proposta de 2018 para 2019 não está acrescentado o reajuste dos convênios que aconteceu em julho de 2018, que é de mais 4%. Não está previsto o recurso que veio dos Governos Federal e Estadual de 14 e 16 milhões para poder fazer complementação. Não está previsto no orçamento de 2019 a demanda que vem do Ministério Público da ampliação da república para jovem, Família Acolhedora e dos SAICAs. Houve a redução dos SAICAs de 20 para 15. Quem está atendendo SAICA acima de 20, está irregular. O Ministério Público está encaminhando ofício para todos os SAICAs, mostrando que estão irregulares. Também está notificando a SMADS de que todos os SAICAs estão irregulares.

Então, o que acontece? A proposta que o Conselho Municipal aprovou na Resolução 1.370 foi a proposta de 1 bi e 670. Nessa proposta de 1 bi e 670 está prevista a ampliação – não é suficiente – de mais 126 serviços, onde acaba fazendo o acolhimento de CCA, CJ, Cedesp, NCI, SASF, SAICA, serviço de população de rua.

Não vou nem dizer sobre o trabalho novo, porque a princípio, tem uma história: é da assistência, não é da assistência? Tem a questão de que se o trabalho novo é Acessuas ou não é Acessuas? Se o Trabalho Novo for Acessuas, o Conselho não aprovou, quem aprovou foram os conselheiros do Poder Público. O Conselho está entrando com uma representação no Ministério Público, porque foi aprovada uma resolução com cheque sem fundo.

Então, só para encerrar, para quem não conhece, a assistência social é a maior rede socioassistencial da América Latina e hoje a assistência social é composta por quase 1.270 serviços e 220 mil usuários. Se aceitarmos essa proposta orçamentaria que está na Câmara Municipal vai fechar serviço no ano que vem, porque não está nem previsto o reajuste do orçamento para o ano que vem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Girlândia Santana, do Comas, depois a Regina Paixão.

A SRA. GIRLÂNDIA SANTANA – Bom dia, meu nome é Girlândia Santana, sou conselheira pelo segmento do trabalhador no Conselho Municipal de Assistência Social.

Eu me sinto contemplada na fala das defensoras e em especial gostaria de dizer para a D. Olga que a gente vai continuar na luta sim pelos direitos da pessoa idosa. Nós não vamos desistir dos nossos objetivos.

A Secretaria, quando nega as ILPIs à pessoa idosa, nega uma demanda que está em toda a rede e dentro do Centro de Acolhida Especial para o Idoso, idosos que não têm condições de estarem lá estão sob os cuidados de pessoas que não estão preparadas para lidarem com essas situações.

Como estou contemplada em outras falas, vou ler para vocês uma nota de repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social, que mais uma vez está sendo desrespeitado pela Secretaria Municipal. Temos tentado o diálogo e tentado conciliar com a Secretaria as lutas dentro do Conselho. Mas, infelizmente a Secretaria tem se negado a isso e mais uma vez, a gente sofre retaliação dessa Secretaria. “O Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo vem a público repudiar a transferência compulsória dos técnicos da Secretaria Executiva deste Conselho, Marcela Luchetta Bressani e Max Nicola Gonçalves Lucio”, técnico que auxilia a Comissão de Finanças e Orçamento. “Em mais uma atitude arbitrária e irresponsável tivemos a notícia dada pelo departamento de RH da SMADS e a gestão do SUAS aos trabalhadores, sob a alegação que o Sr. Chefe de Gabinete solicitou a transferência dos mesmos. Entre os critérios da transferência estaria a escolha do Sr. Chefe de Gabinete e a demora dos Conselheiros da Sociedade Civil do Comas em responder a SMADS sobre o fluxo de visitas demandadas as áreas, demanda essa que não é de responsabilidade da Secretaria Executiva e sim exclusivamente da sociedade civil.

Salientamos também que não foi feita consulta ou levada ao conhecimento do

conselho diretor do Comas tal informação. Inclusive a presidente do Comas, que é do poder público, não sabia. É lamentável e digno de denúncia o total desrespeito da atual gestão com essa instância de controle social. Destacamos que a prática exercida pela SMADS de remoções, exonerações de cargos e transferências estratégicas de trabalhadores vem ocorrendo desde 2016, com intuito de fragilizar e desarticular essa instância de controle social. Tal prática da SMADS não reconhece o acúmulo de conhecimento desses profissionais para com esse espaço e desrespeita a LOAS, a NOB/SUAS, a Lei de Criação e o Regimento Interno do Comas.

Nos posicionamos ao lado dos trabalhadores que ao longo dos anos têm demonstrado profundo comprometimento com a política de assistência social no Município de São Paulo e que, incansavelmente, faz suas jornadas longas de trabalho diário nesse conselho, sempre de maneira exemplar, competente e dedicada a zelar por essa política. A Secretaria pode até tentar fragilizar o Conselho, desarticular, mas nós ficaremos lá, nós resistiremos a vocês.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Próxima oradora inscrita, Regina Paixão; em seguida, Maria Aparecida, do Grande Conselho Municipal do Idoso.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Bom dia. Quero saudar em especial vários usuários que vi nesta plenária hoje, vários jovens de CJ – sejam bem vindos -, pessoas em situação de rua também, nossos parceiros na luta, todos os outros que não consegui enxergar, toda a plenária e também a Mesa. Que bom que tem alguns vereadores aqui para o nosso apelo, apesar de que vocês já sabem, sempre estão conosco, mas o que o Natanael coloca é verdade.

Nós sonhamos um orçamento, Gitane estava lá acompanhando também, até que contemplaria um educador para cada CCA. Tem pessoas de CCA aqui, gerente, trabalhador, enfim, acho que vocês acompanharam isso. E para nós foi um choque a Fazenda mandar um parâmetro menor do que o executado, como sempre. Estava falando com o Fábio, estamos aqui de novo, sempre sonhando, mas a gente não pode deixar de sonhar, gente. Isso é fato, está registrado.

Agora, a gente não pode aceitar o orçamento que está proposto, a gente precisa vir aqui. Já fiz um apelo para os vereadores, vamos conversar com as bancadas, vamos conversar com outras bancadas também para sensibilizar. E Natanael colocou a rede socioassistencial, SMADS também colocou a rede socioassistencial. Reduzir é fechar serviço e fechar serviço é muito sério.

Quero fazer um adendo também: que precisa olhar para as periferias. Quando a gente coloca investimento, ampliação de serviços para as periferias, é para que a gente não precise trabalhar aqui no centro, na especial; para que não tenhamos morador e pessoa em situação de rua, para que não precisemos levar tanta demanda para conselhos tutelares que estão aqui. A gente sabe da luta de vocês também. Temos que ficar juntos nessa luta.
(Palmas)

Então precisamos de investimento. Vamos sair daqui com a nossa tarefa de entrar nesse *site*, registrar nossas propostas, sair daqui também com a tarefa de ir de gabinete em gabinete pedir que se amplie o orçamento, para que tenha investimento. Sabemos que temos uma PEC aí estrangulando e sabemos que ela não vai cair, então a nossa luta vai ser constante. Não desanimemos, tem muita coisa pela frente, tem caminhadas, tem atos, e pedir que a gente esteja junta nessa luta que é imensa.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Próxima oradora, Maria Aparecida; em seguida, Diogo Cardoso de Almeida, do Conselho Nacional de Juventude.

A SRA. MARIA APARECIDA – Bom dia.

A título de esclarecimento, Secretária Berenice, eu não consegui entender bem a questão da disponibilidade de verba para manutenção do Grande Conselho Municipal do Idoso. Esses 17 mil, dentro desses 17 mil, eu acredito que não será deduzida a manutenção do polo cultural, esses projetos de grupo intersetorial. Queria saber de onde vai sair a verba para manter esses grupos que estão acontecendo.

Outra pergunta é para o Secretário Filipe. Nós viemos aqui para nos juntar, como Conselho Municipal do Idoso, ao Comas e a todos os profissionais, porque não é possível um serviço com 210...

- Manifestações na plateia.

A SRA. MARIA APARECIDA - Não é possível um serviço, Centro de Acolhida para Pessoa Idosa, com 210 pessoas; não é possível manter isso num espaço em que geralmente os elevadores estão quebrados, e tem uma faixa de população idosa lá dentro de 70, 80 anos que não tem condições e não está no primeiro pavimento. Isso precisa ser revisto. O Conselho mesmo já mandou documento, ofício e não recebemos resposta da Secretaria.

Outra questão: onde vão ser implantadas essas ILPI? Porque estava prevista uma ILPI na Leste uma ILPI na região central. Nós temos uma demanda significativa de pessoas idosas na região central também em situação de rua.

Então nós gostaríamos mesmo de solicitar a delicadeza de dar uma olhada para nós, pessoas idosas, porque para nós é aqui e agora, não dá – às vezes dá – para esperar chegar aos 100 anos; a situação é aqui e agora. Precisamos entender melhor como é que vocês mapeiam e fazem essas propostas de políticas públicas. Nós, do Conselho do Idoso, não fomos ouvidos; queremos ser ouvidos. Peço à Secretária que, se possível, disponibilize esse recorte...

- Manifestações na plateia.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um momentinho que depois eu explico o motivo dessa reunião paralela. Vamos lá. Terá o tempo, todo o tempo...

- Manifestações na plateia.

A SRA. MARIA APARECIDA – Nós, idosos, insistimos porque nós somos invisíveis mesmo; mas nós insistimos. (Palmas)

Então, Secretária, por gentileza, queremos que seja disponibilizado para o Grande Conselho esse recorte do que está previsto para o ano que vem, porque estou percebendo que vai entrar a Conferência Municipal do Idoso no ano que vem, mas nós não vamos poder levar as pré-conferências municipais para as regiões, para perguntar aos idosos das regiões Leste, Oeste, o que realmente... as necessidades deles. Então eu queria uma resposta também: vamos ter verba ainda neste ano, ou no começo do ano, para fazer as pré-conferências, para ouvir os idosos nas bases? Não vi isso mencionado no Orçamento.

Gostaria também de comunicar aos senhores que é de suma importância que as organizações sociais que atendem pessoas idosas tenham registro no Grande Conselho Municipal do Idoso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou suspender por dois minutos para abertura da reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

Suspensa a nossa audiência pública.

- Suspensos os trabalhos da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Comunico que não há quórum para a realização... Temos a presença da Vereadora Soninha Francine, dos Vereadores... Até para que preservemos a audiência pública, então não há quórum.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Rute Costa, presente, da Comissão de Finanças e Orçamento; Vereador Fabio Riva, que substitui a Vereadora Adriana Ramalho; Vereadora Soninha Francine; este Vereador na presidência. Então comunico que não há quórum para abertura da reunião ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retomamos, então, nossa audiência pública.

Próximo inscrito, Sr. Diogo Cardoso de Almeida; em seguida, Luís Lorente Vila.

O SR. DIOGO CARDOSO DE ALMEIDA – Bom dia. Meu nome é Diogo, faço parte do Conselho Nacional de Juventude, também sou Vice-Presidente do Conseg Jardim Mirna, moro no fundão da zona Sul, no Grajaú, com muito orgulho.

Venho falar um pouco sobre assistência social no nosso distrito, na nossa região, Parelheiros, Grajaú, uma região esquecida pelo poder público. Falo isso com toda certeza. Desde 2015 estamos pleiteando um serviço social no Jardim Mirna, no Jardim Sete de Setembro. Temos um prédio que foi construído com dinheiro público, mais de 400 mil reais, e até hoje esse prédio está fechado, porque ninguém consegue abrir um serviço social.

Saiu um edital depois de dois anos, com uma fila de mais de 500 pessoas para o CCA, para CJ, na região, um edital para 60. Só que não foi contemplado o Sete de Setembro, foi contemplado um bairro vizinho que já tem serviço social. É uma vergonha que em dois anos se abram apenas 60 vagas para um distrito como o Grajaú, que é esquecido pelo poder público.

Nós precisamos de mais serviços como ILPI. D. Socorro, sou fã da senhora. Parabéns! Que mais vozes como a da senhora sejam ouvidas na cidade de São Paulo. Nós precisamos de mais serviços como CJ. Tem o pessoal do CJ aqui. Parabéns por participar desta audiência pública. Nós precisamos de serviços como ILPI, CJ, CCA na região do Grajaú, e não tem.

Eu até quero pedir aqui para o Secretário falar quantos serviços foram abertos

durante esses dois anos de gestão?

Infelizmente nós somos uma região esquecida. E também agora mudaram a burocracia de abrir CCA, de abrir CJ, e várias entidades nos procuraram falando da falta de esclarecimento, como procurar as técnicas. Eu falo isso com toda a certeza de vários CRAS, Grajaú, Capela. Vão procurar vários técnicos, vão procurar o serviço, principalmente os presidentes de entidades, os gestores, os coordenadores. Infelizmente não tenho uma assistência. Então estou aqui como membro do Conselho de Juventude, não vou me calar pela minha região, porque, se nós não falarmos aqui pelos jovens, quem vai falar por nós?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Luís Lorente Vila; depois o *rapper* Pirata.

O SR. LUÍS LORENTE VILA – Bom dia.

Estou aqui principalmente porque sou ativista da assistência social há longos anos, sou conselheiro do Comas e membro da executiva do Fórum de Assistência Social, para humildemente solicitar a esta Casa, através dos ilustres vereadores aqui presentes, considerarem a insuficiência do valor do orçamento de 2019 para a Assistência Social, posto que como dado e com base em profundo estudo do mesmo realizado por membros da sociedade civil, com longo conhecimento de causa, dito orçamento cobre apenas dois terços da necessidade, deixando o restante a descoberto, com as desastrosas consequências que isso representaria.

Isso respeitando valores iniciais dados pela própria Secretaria e não questionados por nós devido à atual conjuntura, e, sim, apenas corrigidos pela inflação oficial de 4%, quando os serviços não envolvem trabalhadores; 4,56% quando os há; e a verba de humanização de 8% para reposição e manutenção da infraestrutura necessária, sempre que envolva acolhida ou alimentação, verba de humanização esta que solicitamos veementemente que passe a ser incorporada definitivamente como integrante dos repasses nos casos supracitados, de acolhida e de alimentação em serviços tanto diurnos como noturnos.

Salientamos ainda a enorme necessidade, face à demanda que a conjuntura econômica atual requer, de adotar o plano decenal com o necessário vigor expansionista na proteção social e de cunho humanitário em socorro da população mais carente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – *Rapper Pirata*.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata) – Primeira coisa, só reforçar: preconceito gera morte. O Presidente da República atualmente vai ser responsável pelas mortes no País? É uma pergunta que nós temos que fazer, porque o número de mortos que acontece nessas eleições e vai aumentar, que o Presidente está rogando isso todo momento, vai ser maior. E a assistência social... Eu falo essa fala para o pessoal do direitos humanos: vocês vão fazer o que contra essa violência institucional? É a função de vocês, direitos humanos, pelo menos que eu entenda.

Outra coisa: política pública, ela tem a minhas opiniões, mas aqui é discussão do orçamento, e política é orçamento, e aqui nós estamos discutindo orçamento. Se já aumentou para 60 bilhões o orçamento, e só cresce, por que da área da assistência social e direitos humanos não aumentam? Por que não 600 milhões de reais na Assistência Social?

Outra pergunta: por que não tem transparência? Por que a Secretaria da Assistência Social tem 134 milhões e tem um fundo de um bilhão? Por que no orçamento não está transparente? Por que a gente não percebe isso? Se vai aumentar a miséria do País, qual a política que vocês vão fazer? E por que vocês não falam com a sociedade civil? São perguntas que eu queria entender. (Palmas)

E aí eu quero só reforçar, Secretária de Direitos Humanos, primeira vez que eu a vi, e aí, na verdade, eu fiquei até orgulhoso de saber o seu vínculo com o Ministério Público, mas fiquei tão triste de saber a política que foi executada na Cidade. Mas eu só quero reforçar: quais são as políticas públicas de juventude da cidade de São Paulo, se teve sete coordenadores de juventude que as pessoas nem sabem quem são, e todos eles são pastas

políticas? Quais são as políticas de juventude? Juventude viva, o que faz com o dinheiro federal do Juventude Viva? O que vocês vão fazer com a morte de jovens na cidade de São Paulo? O que fazer com o homicídio referente ao genocídio da juventude pobre, preta, periférica? Quais são as políticas públicas voltadas para os pretos da cidade de São Paulo? Quais são? Só quero reforçar.

A Coordenadoria de Juventude teria que ficar muito contente, porque o Bruno Covas, em 2005, gestou a sua política lá dentro, e hoje ele é Prefeito da Cidade. Por que ele não cuida desse “baguio”?

E aí eu queria fazer outra “fita” também. Que hora que a Assistência Social vai deixar de ser igual à igreja onde o pessoal da elite faz coisas legais com o pobre? Por que vocês não vão mudar essa política? Por que o Plano Plurianual está com processo no TCM de não execução e vocês nem apresentam o plano plurianual. Por que vocês não respondem nada dos processos da defensoria pública? Por que vocês não respondem nada do Ministério Público? Vocês são gestores do quê? E sabe qual é a doença de vocês? A doença de vocês chama-se Milton Friedman. Infelizmente o espírito do Milton Friedman saiu dos Estados Unidos e reencarnou neste país. E vocês querem acabar com a assistência social, querem acabar com tudo. Vocês pensam que somos débeis mentais, mas vocês são funcionários públicos. Essas pessoas aqui não têm o dinheiro e vocês recebem salário por causa dessas pessoas. Ou estou enganado? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Pirata. Robson Mendonça, depois o Mauro Alves da Silva.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia a todos. Realmente a questão orçamentária é complexa, quando não há total transparência na sua execução, no seu orçamento total. A apresentação técnica é para técnico, quadros técnicos são para técnicos. E a maioria da plateia não é técnica, então, tem de ter uma linguagem mais popular, uma transparência mais acessível para quem está na plateia.

Quero dizer que se fala da questão da mulher vítima de violência. A mulher que está em situação de rua é violentada diuturnamente. E qual é a política criada para ela? Onde ela se encaixa nisso? O idoso, cadeirante, o idoso que sai do hospital em estado de convalescência, qual é a política criada para ele? Isso preciso entender.

Queria propor, não é só criticar, mas propor ao Secretário que estamos nos aproximando do Natal e estou vendo que a prefeitura está chamando o comércio, os varejistas, os atacadistas para discutir a questão do Natal em São Paulo. Por que a Secretaria não propõe que a Rede peça para a população em situação de rua criar coisa para o Natal? E aproveitar essa mão de obra, porque tem muita gente inteligente capaz de criar um Natal 100% legal na cidade de São Paulo.

Então, precisa criar e pensar em política inclusiva não somente na questão do trabalho novo, mas numa questão geral. Na questão de levantar a autoestima da população pensando na população como um todo.

Ficamos pensando, olhamos as crianças e os adolescentes, aqui estão as defensoras que trabalham com crianças e adolescentes, que estão nas calçadas, às vezes não têm onde tomar um banho, não têm onde comer um prato de comida, porque só vai ter se for internada. É isso? É obrigada a ser internada para ter esses direitos?

Então, precisamos pensar em uma flexibilidade nesse setor. A gente vê dinheiro indo pelo ralo. E a política pública a desejar. Então, precisamos disso.

Reconheço muitas coisas que são feitas, mas fico pensando, às vezes, centro de acolhida para a população de rua. E eu pergunto: onde está a acolhida se o camarada está com ATB ou qualquer outra coisa? Deu a hora, ele tem que ir para a rua, chovendo, fazendo sol, seja o que for.

Onde está essa acolhida? A acolhida para a mulher, ela é vítima de uma violência, alguém está esperando lá fora, e ela é obrigada a sair. Onde está a acolhida? Vamos pensar numa maneira de acolhida um pouco melhor, uma acolhida humanitária.

E quando falo da Secretaria de Assistência incluo também a Secretaria de Direitos Humanos para que tenha esse pensamento. E vamos à luta, porque o Brasil é nosso, não vamos entregar ao atual Presidente dos Estados Unidos, que acabou de assumir. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Próximo orador Mauro Alves da Silva, do conselho da Sociedade Amigos de Bairro do Jabaquara, e a oradora seguinte Tamara Cereja, conselheira do Comas.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou Mauro Alves da Silva, Sabeja Jabaquara que é conselho da Sociedade Amigos de Bairro do Jabaquara, Grêmio SER Sudeste, que é defesa da cidadania e promoção da cidadania.

A primeira questão, as conferências regionais da criança não tiveram recursos este ano. Então, o que aconteceu este ano vai acontecer ano que vem. Como foi dito aqui, os CCAs estão nas mãos de poucos, estão tirando algumas entidades, criando critérios absurdos e concentração nas entidades principalmente ligadas a políticos.

No Jabaquara tem uma ILPI que está proposta há mais de dez anos, tem terreno, tem tudo pronto e não está incluído aqui.

Vou entrar direto na questão dos direitos humanos. A Secretária Berenice, alguns não conhecem, mas nós conhecemos de longa data, ela tem experiência na educação especial, ela foi diretora da Febem por vários anos. Então, estou falando isso porque tem uma falência da educação em direitos humanos, se não houvesse essa falência, nós não elegeríamos torturadores, estupradores e outras pessoas que estão fazendo essa proposta, inclusive, de impedir audiências públicas. Tem gente até propondo o fechamento do Congresso e ditadura.

Queria chamar atenção que vai ter eleição do conselho tutelar e não vi o

orçamento. Está aqui o ex-Secretário Suplicy que gerenciou a eleição de 2015 e viu o desastre que foi uma eleição sem orçamento. E o orçamento da criança e adolescente está com 2,4 milhões, só o contrato com a Prodam custa mais de dois milhões.

Quero chamar a atenção do pessoal que estamos organizando o Dia do Líder Comunitário no dia 5 de novembro, segunda-feira próxima, e vocês devem aproveitar porque este pode ser o último em que vocês vão ter liberdade de livre manifestação porque teve um que diz que vai meter tiro em todo mundo, outro diz que vai expulsar e prender quem for contrário. Então, tem de lembrar disso.

Vou terminar, ou pelo menos encaminhar a questão lembrando que a Constituição Federal está em pleno vigor, embora os dirigentes não estarem cumprindo. Primeiro, constitui objetivo fundamental da República construir uma sociedade livre, justa e solidária. Então, esse plano que foi apresentado, que é uma ficção, que não é cumprido, ele cumpre esse dispositivo? Outra, garantia de desenvolvimento nacional, com esses 15 milhões de desempregados, sem política social, sem promoção social, cumpre esse inciso? Terceiro, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais; isso não acontece na cidade de São Paulo haja vista que a Secretária está desviando a conversa porque ela não quer ouvir. Ela não cumpriu os direitos humanos. (Palmas)

A experiência dela foi na Febem, que para quem não sabe, tem as férias escolares, quer dizer, você não dá nenhum atendimento à criança ao longo dos anos, quando ele completa 13, 14 15 ou 17 anos, ele vai para a unidade da Febem que ela conhece muito bem, chega no final do ano, novembro, dezembro e janeiro tem férias escolares. Vocês sabiam disso? Estou falando porque essa é a experiência que a pessoa tem. Eu não conheço outra experiência de defesa de direitos humanos. Por que estou falando isso? Porque os militantes de direitos humanos estão com a cabeça a prêmio. Já estão saindo listas dos Bolsonaro da vida, lista de defensores de direitos humanos que vão ser perseguidos.

E nós temos uma pessoa de direitos humanos que a vida toda dela, ou pelo menos

grande parte da vida dela, dirigiu uma unidade de tortura que é a Febem São Paulo. Então, estou falando isso porque essa é a preocupação.

E para os conselhos tutelares, para finalizar, vocês têm o dever de fazer o orçamento, aquela política pública e cobrar o orçamento não só para a prefeitura, mas para defensoria pública e para o Ministério Público. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tamara Cereja e em seguida José França, população em situação de rua.

A SRA, TAMARA CEREJA - Bom dia, pessoal usuário que está aí firme e forte. Têm nos empurrado no Comas para melhorar as coisas.

Em primeiro lugar, quero dizer que é uma vergonha esse orçamento que está sendo apresentado na Câmara e é lamentável que o chefe de uma pasta com esta importância diga que o orçamento está parecido com o anterior. É lamentável, Sr. Secretário. Ele foi reduzido. O senhor precisa dizer que foi reduzido e vai ter impacto sim no dia a dia nos nossos serviços.

Estou muito contemplada com os meus colegas anteriores do Comas que vieram fazer a defesa do orçamento, do Natanael. Quero dizer o seguinte: essa Secretaria não conseguiu fazer uma apresentação da necessidade da Cidade, temos um chefe da pasta que não consegue fazer a defesa da ampliação do orçamento dentro do Governo. O Prefeito Bruno Covas precisa olhar para esta audiência e ver quais as consequências desse orçamento. É lamentável, Sr. Secretário, porque não vimos nenhuma palavra sua defendendo a ampliação do orçamento.

Então, é bom que a gente esteja aqui pedindo para os vereadores tomarem alguma providência para tudo que foi dito. Quero dar os parabéns para a defensoria pública que se debruçou sobre o assunto e conseguiu dar mais elementos do que a própria Secretaria sobre as necessidades da Cidade. Lamentavelmente, temos hoje uma Secretaria que vira as costas para a população usuária da Assistência Social. Lamentavelmente, hoje temos um Secretário,

um chefe de gabinete que persegue servidor público, que persegue trabalhador e a organização social. (Palmas)

Esperamos nesta audiência um posicionamento dos vereadores em relação a esse orçamento, esperamos uma articulação verdadeira para ampliação do orçamento. O que os usuários nos solicitam, o que os usuários estão falando aqui é real.

O que a defensoria vem fazer de defesa aqui é real. Então, esperando aqui uma defesa real da assistência social na cidade de São Paulo e não essa brincadeira que temos visto nos últimos anos. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O próximo inscrito é José França; em seguida Olga Kiroga, do movimento moradia do idoso.

O SR. JOSÉ FRANÇA – Bom dia a todos, sou morador de rua da região central. Não sou de movimento, não sou de partido, sou idealista, fundamentalista de três ideias: direito, respeito e justiça.

Quero direcionar a minha palavra ao Sr. Secretário, Filipe Sabará. Secretário, o senhor foi bombardeado e vai ser mais, então, vou resolver o meu tempo com uma questão que acho que tem de ser chamada a atenção e vou aproveitar a sua presença para falar.

Estou no albergue no segundo quarteirão e chegou uma pessoa às 4h e 2 horas depois ele foi chamado para sair. Um pernoite, ele usou o equipamento por duas horas. O que chamou a atenção. Sr. Secretário, a partir do momento que liga para 156, tem deslocamento de equipe, de viatura. Então, eu enxerguei milhões sendo investido em apenas duas horas de sono.

Queria chamar a atenção aqui, deixar para o senhor, se chamar a atenção da sua equipe para ver se tem uma forma de fazer um novo modelo de atendimento para pernoite, porque esse modelo que está é o investimento desnecessário porque o serviço de pernoite não tem qualidade, está sem qualidade e sem eficiência.

É o seguinte: na sua equipe tem alguém que tenha raciocínio lógico e

conhecimento para fazer o serviço de abordagem com eficiência? Era isso que queria deixar bem claro, pela questão do serviço de pernoite.

Eu queria dirigir a palavra para a Secretária de Direitos Humanos. Secretária, a senhora tem pouco tempo na casa, mas queria dizer que sou conselho do comitê da população de rua e há uma coordenação nesse comitê que tem um regimento interno para cumprir. Eu nunca vi essa coordenação fazendo o que está no regimento, fóruns, subcomitês, palestras nos equipamentos, divulgando serviços do comitê.

Pessoas que trabalham para a prefeitura recebem salário e não promovem nenhuma palestra, nenhum fórum falando da população de rua. Tenho certeza que muitos moradores de rua que estão aqui hoje não sabem nem o que é o comitê população de rua. Vou pedir para a senhora, que é a que vai coordenar agora, que coloque esse povo para trabalhar, para ganhar o salário suado. Não faz nada, absolutamente nada.

Era o que eu queria falar. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Olga Kiroga e em seguida Marcos Muniz, conselheiro do Comas.

A SRA. OLGA KIROGA – Bom dia a todos, aos senhores vereadores, e a defensoria pública. Obrigada por estarem presentes.

Não vou ser repetitiva do que os meus colegas falaram, a Cida, a Socorrinho, mas eu fico indignada que nós, população idosa, realmente cada dia estamos crescendo mais. Hoje em dia representamos 1 milhão 700 mil 28 idosos no município de São Paulo.

É muito triste visitar e ver idosos que moram sozinhos, que pagam um aluguel para não irem para a rua, para não ir para um albergue, cortiço ou favela. Pagam 700, 800 reais e infelizmente ficam sem comer. Quando vão na assistência social para reivindicar uma cesta básica, o que falam para eles? Que eles só têm direito a três cestas básicas por ano. Então, agora vamos ter que regularizar o idoso, ele só pode comer três meses no ano. Imaginem que dificuldade.

Então, isso causa muita indignação porque é um descaso muito grande. Quando inauguramos o Creci, no Vale do Anhangabaú, ficou a promessa que seria feito um em cada macrorregião. E foi inaugurado no ano de 2003, até agora só tem um Creci. A gente está trabalhando e defendendo para que não seja fechado.

Com relação ao núcleo do idoso, 91 núcleos de idoso é um absurdo, porque se você vê na zona Leste tem 12 subprefeituras; Norte tem 7; a Sul tem 9; a Oeste tem 3 e o centro tem 1 subprefeitura. Por que não fazer minimamente um núcleo de cidadão idoso por cada região, por cada subprefeitura? Porque nós, que ficamos na periferia, onde moro no Jardim São Savério, Parque Bristol, não tem nada para idoso. Não tem centro dia, não tem instituição de longa permanência, não tem centro de referência para idoso, nada.

Outra coisa que me chamou muita atenção, quando se fala que a Secretaria de Assistência Social fará um convênio com a Sehab para locação social. Por que locação social só para a população como o senhor falou para a população de rua? Acredito que nesta cidade somos todos seres humanos e aqui na Cidade temos muitos segmentos vulneráveis, como morador de rua, idoso, deficiente, prostituta, gay, lésbica, índio e muitos mais. Por que só para um segmento? Tem de pensar no município, o poder público tem de trabalhar para toda a população, sem fazer diferença. Então, eu me sinto muito aborrecida com isso. (Palmas)

Agora, se fizerem locação social. Eu coordeno um movimento de moradia para idoso; eu tenho mais de mil inscritos para moradia para idoso, mas não tem uma só habitação para idoso. Só temos esperança. A gente vive de esperança e sempre pensa que, antes de morrer, vai conseguir a moradia, mas nunca consegue.

Outra coisa que eu gostaria de falar é que o BPC – Benefício de Prestação Continuada não pode acabar, porque muito idoso não conseguiu se aposentar, mas não porque não trabalhou, e sim porque os patrões não assinaram a carteira. Eles trabalharam, mas sem carteira assinada e agora precisam do BPC. Sei de um idoso de 85 anos que vive de bico, consegue 350 reais por mês fazendo bico. Por que tanta dificuldade para conceder esse

benefício? Já falaram até que vão tirar.

Quero parabenizar a Defensoria Pública, porque é o único órgão que nos atende, nos dá apoio e nos ajuda quando temos necessidade. Muito obrigado por vocês estarem presentes.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Dona Olga.

Depois da fala do Marcos Muniz, que é o décimo quinto inscrito, como o Presidente Jair Tatto tinha estabelecido, traremos a palavra à Mesa para as primeiras manifestações dos representantes do Executivo, representantes dos Vereadores e de uma das representantes da Defensoria Pública que ainda não falou.

O SR. MARCOS MUNIZ – Bom dia. Sou eleito pelo Comas por meio do segmento de entidades e trabalho na Liga Solidária, uma organização que atua na Raposo Tavares. Minha proposta em relação ao Orçamento vai direcionada à Finanças e ao Legislativo.

Temos observado que a narrativa do discurso em relação à definição orçamentária trata sempre de uma perspectiva de corte e uma perspectiva que a Assistência Social tem um percentual orçamentário definido por lei. Mas não tem. Estamos falando de redução, de corte ou de congelamento como se houvesse um parâmetro estabelecido por lei que garante algum percentual para o ano que vem, mas não há. Todo ano, as Pastas de Cultura, Assistência Social e Direitos Humanos trabalham nas audiências públicas para recomposição do orçamento.

O Comas votou uma reposição que entende ser melhor para a Cidade. Ao mesmo tempo, além da recomposição, deixamos um recado claro para o Legislativo, para que, em momentos de queda de arrecadação ou de aumento, o percentual orçamentário para a Pasta seja discutido. Precisamos discutir isso de uma vez por todas e definir um parâmetro por lei para que, no próximo ano, discutamos a qualidade e o aprimoramento do serviço. Lógico que as instâncias sociais têm que ter controle social sobre o recurso, mas não podemos discutir

orçamento e o corte de uma Pasta que não tem definição por mês. Estamos falando de 1,6 bilhão para o ano que vem.

Na região da Raposo Tavares, onde atuamos, se disponibilizarmos esse dinheiro todo, numa proporção de cem mil, vão ser 16 reais/dia. Na dimensão da Cidade, se houver 200 mil atendimentos na rede socioassistencial, vão ser oito reais/dia. Por isso, precisamos recompor para manter o que existe e aprimorar um pouco mais.

É importante deixar um recado claro para o Legislativo: é preciso definir por lei, de uma vez por todas, um percentual orçamentário para a Pasta, sem a desculpa de que arrecadação caiu, pois há 60 bilhões. Precisamos deixar esse legado para a Cidade, senão toda hora estaremos ressignificando a pobreza.

O Legislativo tem que se organizar para defender e conciliar isso por meio do voto no próximo mandato. Senão, mandato após mandato, mesmo recompondo, brigando, vindo a audiências públicas, nos mobilizando, essa questão não entrará em discussão nesta Casa. Está na hora de debater isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Agora a palavra volta para a Mesa e depois voltará aos outros 15 inscritos.

Tem a palavra a representante da Defensoria Pública que ainda não se manifestou.

A SRA. PAULA SANT'ANNA MACHADO – Bom dia a todos e todas. Sou defensora pública e, no momento, estou como coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa das Mulheres, e é esse o meu lugar de fala aqui.

Antes de ir direto aos dados, é importante contextualizar a situação das mulheres na nossa capital, em São Paulo. De acordo com um estudo de 2017, São Paulo é a pior capital do mundo para ser mulher. Essa é a nossa situação. Em relação à violência sexual, acontecem sete estupros diários na capital, totalizando 24 mil por ano e a diferença salarial de uma mulher negra para um homem branco é de 60% a 80%.

Então, quando falamos de equipamentos, de serviços e de Orçamento, estamos

falando da vida das mulheres da nossa cidade. Estamos falando que somos contra o feminicídio, que temos que acolher essas mulheres de forma digna, responsável e articulada. E, para dar voz a essas mulheres que sequer conseguem estar aqui, temos que falar de orçamento.

Na SMADS, temos 15 equipamentos que são CDCMs, abrigos sigilosos. Por isso, é realmente muito preocupante a manutenção de um orçamento que, infelizmente, pelos dados apontados pela própria Pasta, não vai permitir uma melhor estrutura para o próximo ano, uma reorganização e um acolhimento digno para essas mulheres, e esses serviços são essenciais para um acolhimento digno, que dê voz a essas mulheres, que articule com educação, com trabalho, com saúde. Daí a necessidade de termos esse olhar, e é por isso que estamos aqui trazendo essa nossa preocupação.

Em relação à Secretaria de Direitos Humanos, também trazemos este apontamento: temos o Centro de Referência das Mulheres e os CCMs, onde, inclusive, a Defensoria tem plantão. Esse acolhimento multidisciplinar e humanizado é extremamente importante e qualquer diminuição no orçamento vai causar impacto. Somos, tanto quanto Nova Délhi, a cidade que mais violenta sexualmente as mulheres. Esse, portanto, é o nosso lugar de fala e, por isso, é importante, sim, darmos voz às mulheres e melhorarmos os nossos equipamentos. E, para isso, neste momento, a questão do orçamento tem que ser olhada. Não podemos mais matar as mulheres paulistanas e é por isso que temos que rever a verba orçamentária.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Prezados Vereadores, Secretários e Secretárias, Defensoras presentes e companheiros e companheiras que hoje em tão grande número vieram a esta importante audiência pública sobre as áreas de Direitos Humanos, Assistência Social e Desenvolvimento, primeiramente, referente às duas Secretarias, gostaria

de salientar que na Lei 12.316, de 16 de abril de 1997, sobre os direitos da população em situação de rua, de autoria da ex-Vereador Aldaiza Sposati, que contou com um envolvimento expressivo da sociedade civil à época, o Executivo deverá publicar anualmente no *Diário Oficial* do Município o censo da população de rua de modo a comparar as vagas ofertadas face às necessidades. O último censo foi realizado em 2015, na gestão do então Prefeito Fernando Haddad, numa colaboração feita com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo e, na ocasião, estimou-se cerca de 16 mil pessoas vivendo em situação de rua, sendo que praticamente a metade estava entrando e saindo dos centros de atendimentos, dos abrigos e a outra, efetivamente, estava na rua.

Pergunto se há previsão de realização do censo e quando, se há previsão orçamentária para isso e como a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e a de Direitos Humanos pensam em tratar dessa questão.

Durante a gestão Fernando Haddad, também fizemos uma pesquisa qualitativa sobre a população em situação de rua com uma entidade dirigida pelo Sr. Jorge Broide e sua esposa, psicanalistas que realizaram um trabalho muito interessante que contou com os próprios membros da população em situação de rua, indicados pelo Comitê PopRua. Como Secretário de Direitos Humanos à época, acompanhei de perto, muitas vezes formulando perguntas aos moradores em situação de rua, e hoje esse trabalho, juntamente com a pesquisa da FIPE, está publicado num livro muito interessante.

Agradeço se puderem me responder quando vai haver um novo censo e qual é a estimativa de pessoas em situação de rua, pois em 2015 era da ordem de 16 mil. A minha impressão pessoal e a de muitas pessoas com as quais tenho conversado – inclusive as que acompanham quase que diariamente o que acontece com essa população, como o Padre Júlio Lancellotti – é que teria aumentado. Já se fala em 20 mil a 25 mil pessoas nessa situação.

Agradeço se ambos os Secretários nos informarem como está a situação, até para que possamos definir melhor as políticas voltadas a essa população com maior dificuldade de

natureza social, e em que medida as políticas aqui apresentadas pelo Secretário, como o Trabalho Novo, que está dando oportunidade de trabalho, está promovendo a diminuição dessa população.

Ainda ontem, da tribuna desta Casa, avalei como muito positiva a iniciativa tomada nessas últimas semanas a fim de propiciar oportunidade de trabalho para migrantes. Na Secretaria de Direitos Humanos, uma das coordenadorias era justamente a de políticas voltadas aos migrantes nesta cidade considerada dos mil povos. Muitos aqui têm ascendência de povos que foram migrantes; eu próprio tenho e sei que a maioria de vocês também. Portanto, nós, que em grande parte somos descendentes de migrantes, temos certa responsabilidade de bem receber os novos migrantes, mesmo quando vindos de situações de dificuldades, como as que têm ocorrido na África e no Oriente Médio. Por exemplo, quando houve a guerra civil e um terremoto no Haiti, recebemos muitos migrantes. Por isso, achei positivo e mencionei que estavam dando oportunidades de trabalho aos venezuelanos, por exemplo, e acredito que deva ser para muitos.

Gostaria também de perguntar sobre a transição do Programa De Braços Abertos para o Projeto Redenção. Entre 2015 e 2016, o Programa de Braços Abertos atendia 505 pessoas, que tinham direito de receber 15 reais por dia, além de três refeições por dia, quarto de hotel em troca de 30 horas semanais de estudo e trabalho. Passados dez meses, o Prefeito Fernando Haddad convidou todos para prestarem depoimentos sobre como andava a evolução do programa, e me lembro do quão positivo foram esses depoimentos. Só para citar um caso, um homem de uns 35 anos contou que costumava consumir 30 a 40 pedras de *crack* por dia e estava inteiramente afastado da família, tendo parado de estudar e de trabalhar. Ao entrar no programa, tinha passado a consumir apenas uma ou duas pedras por dia e voltado a estudar, a conviver com a família e, no final daquele ano, ia fazer o vestibular. Foram muitos os depoimentos assim tão positivos.

Agora, sobre o Projeto Redenção, até agora não sei bem no que consiste, quais os

serviços ofertados pela Prefeitura, que resultados foram alcançados pelos beneficiários, se reduziram de fato o consumo, quantos reconstituíram suas vidas, que acompanhamento dessas pessoas após internação tem sido feito e como se pretende gastar o orçamento relativo ao projeto, se serão ofertadas alternativas de renda aos beneficiários, se os egressos do Programa Redenção serão inseridos no Programa Trabalho Novo, qual é a integração do Programa Redenção ao Projeto de Lei 271/18, de iniciativa do Executivo, que “institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo”. Aqui na Câmara Municipal de São Paulo existe uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos, da qual sou Presidente, que examina a política de álcool e drogas, subcomissão presidida pela Vereadora Patrícia Bezerra, que está conduzindo uma discussão e um aprimoramento sobre a minuta enviada pelo Executivo. Pergunto ao Secretário se tem acompanhado essa discussão e como pretende integrar a política que discute as ações do Executivo.

Durante a Administração Fernando Haddad, foi inaugurado o Centro Público de Economia Solidária, que tinha uma expectativa enorme de estimular as formas de economia solidária, as cooperativas. O querido professor Paul Singer, ex-Secretário de Economia Solidária dos Governos Lula e Dilma, estive lá, na inauguração, com o Prefeito Fernando Haddad e todos os Secretários. Havia ali mais de 500 pessoas entusiasmadas, mas o que aconteceu com o Centro de Economia Solidária? Será que a Prefeitura levou adiante o chamamento público de interessados no uso do espaço? Estão previstos recursos federais conforme a apresentação? Por que isso não está descrito, propriamente, na Lei Orçamentária? E também gostaria de transmitir à Secretária Berenice, da SMADS, que eu apresentei emendas parlamentares que estão aguardando a definição e a palavra da Secretaria junto às entidades para as quais foram destinadas. E eu vou encaminhar à senhora, Secretária Berenice, a relação das emendas, porque estou com receio de que elas não sejam aproveitadas. Finalmente, apresentei uma emenda parlamentar para SMADS a fim de realizar um estudo sobre a transição dos programas de renda mínima, inclusive do Bolsa Família, para a renda

básica. A Secretaria da Fazenda já liberou os recursos, mas falta SMADS proceder com contratações. Em 2017, não foi executada a emenda porque a SMADS não o fez a tempo. Então, gostaria de dizer ao Sr. Secretário Felipe Sabará que espero que isso seja concretizado.

Finalmente, gostaria de fazer um convite a todos. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania realizará amanhã, às 13h, uma reunião em que ouviremos depoimentos de pessoas que sofreram violência. Inclusive, a Sra. Amélia Teles relatará o sofrimento que ela e o marido passaram quando, durante o regime militar, foram torturados pelo Coronel Ustra. Mas haverá outros depoimentos. Quem quiser, poderá vir. E, para a semana seguinte, realizaremos uma nova reunião da Comissão de Direitos Humanos - quinta-feira, às 13h -, para ouvir os representantes de movimentos sociais, como o MTST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto -, do próprio MST, das diversas organizações dos movimentos de moradia, para que, ali, expressem qual o procedimento que adotam; em que medida estão procurando assegurar o seu direito de organização, de livre manifestação, ainda mais diante das palavras do novo Presidente eleito, que disse que vai criminalizar todas essas organizações sociais. Então, para que possamos aqui, já que o Presidente assegurou que vai cumprir a Constituição, vamos, aqui, ouvir os representantes dessas entidades a respeito de como estão cumprindo a Constituição, tendo a liberdade de dizer: “Olha, queremos moradia. Olha, queremos direitos. Queremos a realização da reforma agrária”, e assim por diante.

Portanto, vocês também estão convidados para esta audiência pública. (Palmas)

Muito obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Depois da aula do nobre Senador, e para nós é um orgulho ouvi-lo, direi sobre a

importância da participação efetiva de todos os segmentos da sociedade.

Parabenizo a Comissão de Orçamento pelas audiências públicas.

Sou Presidente da Comissão de Administração Pública e estou aqui, hoje, substituindo a nobre Vereadora Adriana Ramalho, membro da Comissão. Como Presidente, digo que precisamos verificar algumas questões técnicas e jurídicas a respeito do convite feito por V.Exa., nobre Vereador e Presidente Jair Tatto. Por enquanto, deixaremos em suspenso, até verificarmos as questões internas da Casa e, também, o sentimento de todos os Srs. Vereadores quanto à relatoria.

Agradeço à V.Exa., Sr. Presidente e, independente de qualquer coisa, o projeto do orçamento passará também pela Comissão de Administração Pública, ocasião em que verificaremos o melhor para o desenvolvimento dos trabalhos da Casa e para a sociedade.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis.

O SR. GILSON BARRETO – Agradeço à V.Exa. e estamos acompanhando *pari passu*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, nobre Vereador Gilson Barreto.

Reafirmo que houve, aqui, um convite desta Presidência e o nobre Vereador Gilson Barreto, então, está explicando essa questão técnica. Agradeço V.Exa. por estar conosco. Obviamente, V.Exa., como Presidente, terá de acompanhar a sua Comissão.

Muito obrigado pela compreensão.

Temos um grupo do CJ Rosa Mística (Centro para Juventude), com vários inscritos para falar, mas eles concordaram que um os representaria. É isso? (Pausa) Isso permitiria que nós avançássemos nas inscrições.

Então, quem falará em nome do grupo? Podem subir todos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde. Estamos representando a instituição CJ. Já que o CJ é uma instituição tão boa, no geral, para todos os adolescentes, queríamos discutir a respeito.

Como bem falou o Diogo, a nossa região é bem carente desse trabalho. Inclusive, o nosso CJ corre risco de fechar, assim como muitos outros CJs. Nenhum foi aberto neste ano, mas muitos foram fechados.

O SR. EDUARDO RODRIGUES – Olá, boa tarde. Meu nome é Eduardo Rodrigues.

Quero pedir a atenção de todos que estão na bancada, porque, pelo que notei, não estão dando a mínima para nós. (Palmas) E eu acho que educação é bom e todos gostam. Então, peço a educação dos senhores.

Falarei a respeito do CJ. Estou no CJ há três anos e, desde que eu entrei, estão querendo fechá-lo. E eu vejo que não há necessidade de fechar uma ONG que acolhe tantas pessoas, tantos jovens que, assim como eu, não têm condições de pagar um curso de qualidade, e que estão ganhando um curso lá dentro.

Querer fechar o CJ é muito bom, mas por que em vez de fechar o CJ não mandam mais recursos lá para dentro? (Palmas)

Eu vou passar a palavra à minha colega.

A SRA. MARIA EDUARDA – Bom tarde a todos. Meu nome é Maria Eduarda. Tenho 17 anos.

O CJ mudou a minha vida, assim como eu tenho a certeza de que mudou a vida de muitos adolescentes. O CJ tem convênio com o Senai, tem cursos profissionalizantes e socioeducativos que nos ajudam a formar opinião, que nos ajudam a ver outras opiniões, que nos ajudam a ver o mundo. Isso é muito bom. Mas precisamos de um orçamento bom para isso, porque o nosso CJ precisa de mais recursos - tanto para os cursos profissionalizantes, como para os socioeducativos.

Então, acho que precisam parar de hipocrisia e precisam tirar todos esses planos do papel, e não só para o CJ. (Palmas) Não só para o CJ, mas para todos que estão aqui buscando os seus direitos. Continuem assim. Não podemos nos calar. Temos de correr atrás dos nossos direitos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mais uma fala.

O SR. RAFAEL – Muito prazer. Meu nome é Rafael. Tenho 16 anos e estudo no CJ há, mais ou menos, três meses. Achei muito legal lá e muito importante porque, em vez de ficar na rua ou, talvez, estar no mundo do crime, estou estudando e aprendendo coisas novas. Estou evoluindo.

Eu acho que o pouco que temos, deveria aumentar. Mas, em vez disso, estão querendo tirar o pouco que temos e eu acho isso muito ruim. Deveríamos evoluir a mente em vez de agir como pessoas extremamente idiotas. (Palmas)

O SR. EDUARDO RODRIGUES – E para concluir, eu quero que todos os presentes, aqui, deixem de hipocrisia e cumpram com as suas palavras.

Também reforço a questão da verba. Eu garanto que nenhum de vocês esteve no CJ para ver as condições do local. Há menos de um mês, o CJ foi invadido. Vocês ficaram sabendo disso? Não, né, porque somos minoria.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. EDUARDO RODRIGUES – Obrigado pela atenção e, por favor, revejam as prioridades e o conceito, porque há a necessidade de revisão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Informo que ainda temos mais de 20 inscrições. E os meninos do CJ colaboraram. Eles arremataram 5 inscrições no tempo de três minutos. Parabéns.

Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Bom dia, porque ainda não almoçamos e ainda ficaremos, aqui, por um tempinho, até para tentarmos ouvir as respostas dos Srs. Secretários.

Aproveitando a fala dos meninos do CJ (Centro para Juventude), posso dizer que conheço bem a questão do encerramento de serviços. Aliás, estamos muito de olho nisso,

porque o corte do orçamento - feito na área de políticas voltadas para crianças e adolescentes -, está no valor de 17,3 bilhões de reais! Por isso que teremos de ter muita organização popular e social, não voltada somente aos Srs. Secretários, mas principalmente voltada aos Srs. Vereadores da Base governista. Digo isso porque também pode ficar nas mãos desses Srs. Vereadores o fechamento de vários serviços voltados às mulheres, às crianças, aos adolescentes e juventude, aos idosos e à Assistência Social em si.

Quando falo isso, falo baseada nos números. Os números não negam. Podem, aqui, dizer, a respeito de um leve aumento do orçamento. Entretanto, esse “leve aumento do orçamento” equivale a um aumento de 0,5%. Repito: 0,5%, que corresponde a 600 mil reais.

Na Cidade de São Paulo, somamos 12 milhões de habitantes e, como foi colocado aqui, em uma boa parte da Cidade o atendimento se dá nas extremas das periferias. Aliás, estamos em um momento político, no Brasil, marcado pelo enorme desemprego, que gera muito mais violência. E essa violência é muito mais sentida pelas mulheres, pelas crianças, pelos adolescentes, pela juventude, pelos idosos e população indígena - que sequer apareceram no orçamento. Ainda estou tentando visualizar onde será alocada a política voltada aos povos indígenas.

Dito isso, eu quero saber, dos Srs. Secretários... Aliás, com a Dra. Berenice eu só estive em um momento, e que foi muito ruim, por sinal. Eu estava grávida de 6 meses e fui fazer uma vistoria, pela Comissão de Direitos Humanos, da Câmara Municipal de São Paulo. Eu fiquei na porta por 6 horas e não fui autorizada a entrar.

Então, espero que na Secretaria de Direitos Humanos, que é uma Secretaria muito importante para a cidade de São Paulo, que vincula quase 11 projetos, desde projetos para idosos, crianças, adolescentes e juventude, indígenas... Enfim, migrantes, imigrantes. É uma Secretaria que, na verdade, teria de ser estratégica, porque ela poderia fazer o diálogo com todas as outras Secretarias que desenvolvem os serviços e que têm uma maior pasta. Entretanto, pelo que vejo aqui, mais uma vez o orçamento para esta Secretaria está sendo

reduzido. Ocorreu o fechamento do serviço voltado às mulheres e à igualdade racial.

Também destaco a questão dos conselhos tutelares. Também não visualizei, aqui, onde está previsto, no orçamento, o valor dos gastos para a eleição dos conselheiros tutelares e, muito menos, a relação de organização de cada conselho, o seu administrativo, ou a retomada de conselhos tutelares, porque há uma defasagem na Cidade desse serviço. Também não vi a relação de palestras. Elas não são formações. Em palestras, vamos a diversos lugares e não precisamos da Prefeitura para, simplesmente, fazermos isso. (Palmas)

Outra questão que também me deixa bastante tensa é em relação às mulheres. Aqui, tanto eu, como as nobres Vereadoras Soninha, Sâmia, Patrícia Bezerra - somos em número de nove mulheres na Câmara Municipal de São Paulo -, fizemos uma frente muito intensa de diálogo com diversas Bancadas a fim de colocarmos recursos para a política voltada às mulheres, em especial, para a Casa da Mulher Brasileira. Estamos em outubro, finalizando o ano, e nada foi feito. Houve pequenos avanços, mas o prédio está lá. Ainda não começou nenhum tipo de atendimento no local. Isso está, hoje, na mão da Prefeitura Municipal. Foi uma briga, porque estava com o Governo Federal. Aí, foi feita uma frente. As mulheres, do Movimento de Mulheres, ocuparam o espaço; exigiram que a Casa da Mulher Brasileira fosse aberta imediatamente e, até agora, nada foi feito, a não ser o fato de tirarem o prédio da responsabilidade Federal e o colocarem para a Prefeitura. E orçamento tem. Está aqui. Garantimos isso, e foi uma garantia alcançada pelo esforço de diversos partidos, mas não foi executado.

Em relação às casas dos CCMs, também fico muito preocupada, porque a destinação do recurso do Tesouro, para a manutenção, não está sendo feita. Ou o que tem de equipe é insuficiente. Muitas vezes, à noite, se acontece uma coisa, a Casa só fica sob a responsabilidade de uma coordenadora, de um segurança e de uma pequena equipe. Uma das atuações nossas, nesta Casa, e que foi muito intensa, foi a realização de concurso público para que pudéssemos ter uma série de assistentes sociais, inclusive para o atendimento dos CCMs.

Isso também não foi feito e não há previsão de entrada de recurso para investir e trazer funcionários públicos, principalmente na área da Assistência Social.

Por fim, nós teremos de ter uma resistência muito grande. O que está por vir, para nós que somos vinculados à área de Direitos Humanos e à área de Assistência Social,... é muito, muito grande. Mas eu tenho uma percepção, cada vez maior, de que eles querem nos derrubar cada vez mais. Eles querem nos matar. A gente, cada vez, mais se fortalece para poder estar de frente com esse dragão que quer se mostrar que é mais forte do que a gente. Porém, somos formigas e podemos comê-los pelos pés. Muito obrigada. (Palmas).

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Para a primeira rodada de respostas do Executivo, tem a palavra o Ahmed.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Boa tarde a todos. Eu me chamo Ahmed e sou coordenador de orçamento, sou técnico fazendário. Vou tentar ser o menos técnico possível para explicar algumas coisas que eu ouvi e anotei e que são de extrema importância para o debate.

O orçamento da cidade de São Paulo proposto, então, é uma proposta, uma estimativa é de 60.137.660.056 reais, pois bem 60 bilhões.

Como é que a gente chega nesses valores? Temos dois momentos na elaboração do orçamento. O primeiro é estimar o quanto que vai ser arrecadado para depois fixar o quanto que vai ser gasto. Não o contrário. Se a gente colocasse na ponta do lápis todas as necessidades da Cidade, a gente sabe que isso chegaria em 100 bilhões. Não há arrecadação que suporte esses gastos.

Dos 60 bilhões, fizemos uma primeira rodada com as secretarias perguntando o quanto que seria de necessidade. É óbvio que as necessidades não se encaixam nos

parâmetros dos 60 bilhões. Quando a gente recebeu a devolutiva com as necessidades, cinco principais pastas já chegavam em 95% dos 60 bilhões, ou seja, não sobrava absolutamente nada para as demais secretarias, inclusive subprefeituras, executarem o orçamento em 2019.

Se a gente pegar o orçamento proposto que foi enviado ao Legislativo, as cinco principais pastas em termos de volume de orçamento, de despesas rígidas, não necessariamente principais, prioritárias, mas são rígidas, essas a gente não pode mexer por questões constitucionais: Educação, Saúde – o Município de São Paulo não pode gastar menos do que 31% da receita de impostos com Educação, não pode, isso é constitucional, se a gente gastar menos, é um ato de improbidade, então, são 25% para manutenção e desenvolvimento do ensino e mais 6% para educação inclusiva. A gente gasta um pouco mais que isso, gastamos em torno de 34, 35 %.

Para a saúde, idem. Não podemos gastar menos do que 15%, isso é constitucional. Gastamos entre 17,18%.

Vou citar os principais volumes de orçamento propostos para 2019. Então, a Secretaria Municipal de Educação representa que 21.3%. Se a gente parar para pensar, são 12.780 bilhões de reais para o próximo do ano.

A Previdência que a gente vem discutindo na cidade de São Paulo representa 16%, isto é, quase 10 bilhões. Os gastos com Previdência...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – A Previdência cresce 600 milhões por ano. 600 milhões acho que resolveria o problema que foi comentado aqui. Então, são 10 bilhões por ano.

Saúde, considerando autarquia, Hospital do Servidor, enfim, Fundo Municipal são 17.6% de 60 bilhões.

Transportes, 3.4 bilhões. Então, de compensação tarifária a gente gasta 2.9. Hoje mesmo saiu um decreto de suplementação, ou seja, o orçamento foi insuficiente para honrar os compromissos da cidade - e não entrando no mérito de grau de importância, mas são necessários, são despesas rígidas, a gente não pode não gastar – e houve o suplemento hoje de 260 milhões para pagar a compensação tarifária do mês, mais os 30 milhões que a gente parcelou de despesas de exercícios anteriores de 2016.

Limpeza, 2.1 bilhões. Só somar só essas primeiras, que eu comentei, a gente chega a 80% do orçamento, mas sem entrar no mérito, mais uma vez, de grau de importância. São despesas rígidas que, de fato, a gente não consegue mexer.

Se não estiver enganado, o Marcos Muniz comentou bem que se tivesse uma obrigatoriedade, um percentual mínimo, entraria em despesas rígidas, que a gente não consegue ter muita margem.

Então, qual foi a proposta do Executivo? Acomodar esses 20% restantes em todas as demandas da Cidade: parques, subprefeituras, até o Tribunal de Contas e a Câmara de Vereadores sofreu uma redução, então, todas as secretarias tiveram uma redução no orçamento para poder acomodar esses 20% restantes.

Esse foi, na verdade, o grande desafio da Secretaria da para poder acomodar em um orçamento realista, de uma previsão de arrecadação realista, para que tenhamos execução. Queremos garantir a execução de 2019, pois de nada adianta a gente colocar dois bilhões em Assistência Social e congelar 80% por cento, daria no mesmo, não faria muito sentido, não teria sentido prático. Então, optamos por usar um orçamento próximo da realidade executada em 2018. Acomodações serão necessárias, a gente sabe que existem diversas políticas na cidade, diversas delas foram explicadas aqui que precisam ser rearranjadas, reequilibradas, por isso que a gente fez a proposta, para discussão.

Então, agradeço e fico à disposição para qualquer dúvida eminentemente técnica. Vou tentar usar termos um pouco menos técnicos com vocês. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra a Sra. Secretária Berenice.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Vou tentar responder rapidamente.

Em relação à Casa da Mulher Brasileira, o que veio de orçamento de emendas não foi executado porque a obra estava sendo feita pelo Governo Federal. O Governo Federal parou a obra e aí a cidade de São Paulo acabou contratando o restante da obra. As obras se reiniciaram no dia 3 de setembro com previsão de 110 dias para terminar, portanto, em meados de dezembro. Vai haver necessidade ainda de outra reforma porque com o tempo que a Casa ficou fechada houve problemas de manutenção. Então, vamos fazer mais uma reforma e estamos imaginando que ela ficará em termos para ser utilizada em fevereiro ou março do ano que vem.

A USC que vai atender lá conosco já está escolhida mediante edital de chamamento e nós já fizemos reuniões com Defensoria Pública, com o Ministério Público, Tribunal de Justiça e com a Secretaria de Segurança Pública em relação ao atendimento que será feito lá, mas encontramos dificuldades com Tribunal de Justiça porque eles ainda não têm designação de Juízes para ficarem lá no local. Então, quero contar até com apoio da Bancada feminina e até já tínhamos conversado sobre esse assunto em uma reunião com o Prefeito Bruno para que nós possamos todos juntos fazer com que a Casa da Mulher Brasileira comesse a funcionar o ano que vem.

Com relação à questão da juventude, também não executamos todo orçamento porque, como vocês sabem, o programa Juventude Viva, do Governo Federal, sofreu uma mudança e quando estivermos em Brasília para repactuar, eles disseram que precisaria aguardar essa mudança que eles estariam fazendo com a UNESCO para fazer a repactuação com os estados.

Então, a gente depende agora ainda de um andamento do Governo Federal. De todo modo nós temos jovens que estão sendo capacitados no programa Bolsa Juventude que

estão estudando lá conosco.

Em relação ao UAPI, nós também fizemos edital de chamamento público, nenhuma entidade apareceu para fazer a Universidade da Pessoa Idosa, então, nós mudamos um pouco a proposta que tinha sido feita. Vamos levar os cursos para as localidades em uma metodologia um pouco diferente daquela que foi proposta no edital, já que o edital não teve proponente.

Em relação à igualdade racial, nós publicamos quatro editais para abertura dos centros: um já foi assinado, que foi o da Cidade Tiradentes; um a entidade já está escolhida e está em processo de assinatura; e dois estão em processo de chamamento.

Em relação ao Grande Conselho do Idoso, a verba de manutenção do polo, evidentemente, não vai sair do recurso que está no Conselho do Idoso. Então, a gente tem um recurso para a participação social, que é a participação do Grande Conselho e a questão do polo, a manutenção, sai de outra verba da Secretaria. Vamos ter verba e condições para fazer as pré-conferências para ouvir os 22 fóruns de idosos que têm pela Cidade antes da gente fazer a conferência, que é em março do ano que vem.

Em relação à questão das mortes violentas, da violência, esse é um tema que particularmente me preocupa bastante. Estamos em conversas já avançadas com o UNICEF para trazer para São Paulo sem custo para Cidade o programa de Centros de Plataformas Urbanas, CPU, que por enquanto só atua na questão da gravidez na adolescência no Grajaú, mas que a gente pretende com eles construir um plano para diminuir a violência contra a criança e adolescente e também entrando aí as mortes.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, preciso descer para dar presença na Comissão de Saúde, mas eu já retorno para poder acompanhar essa questão da violência.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Como eu disse, esse é um tema muito caro a mim. Tenho repetido em todos os fóruns que eu estive presente que para mim violência é uma questão de direitos humanos, não é uma questão de polícia. Quem me conhece sabe que eu sempre defendo isso e eu tenho defendido inclusive, Vereadora Juliana, que a posição da nossa Secretaria deve ser, sim, uma posição estratégica no sentido de que direitos humanos deve orientar todas as demais políticas do Município.

Temos mantido muitos contatos com a SMADS, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a Defensoria e com o Ministério Público para a gente tentar pautar e tenho certeza de que essa também é a convicção do Prefeito Bruno Covas de que os direitos humanos realmente permeiam todas as políticas do Município.

Em relação à mulher vítima de violência, temos alguns equipamentos em comum. Nós e a SMADS estamos conversando sobre como trabalhar com esses equipamentos. Como eu falei na minha apresentação, nós vamos ter, a partir do ano que vem, terminado o projeto do observatório da violência contra a mulher e vamos continuar nos nossos CRMs e melhorar o atendimento CRMs com acolhimento melhor das mulheres vítimas de violência.

Temos parcerias também com o Ministério Público, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e pretendemos continuar com essas parcerias para o melhor acolhimento das nossas mulheres, mas acho que isto passa também pela questão de educação em Direitos Humanos.

Temos uma cultura machista na América Latina e temos uma cultura machista no Brasil que faz com que os homens se sintam empoderados a bater nas suas namoradas, esposas e colegas. Então, precisamos, além do acolhimento que a gente vai fazer para essas mulheres, de campanhas e de campanhas das quais todas as populações participem para que a gente possa fazer com que as pessoas tenham consciência de que mulher se trata com abraço, com flor e não com tapas e nem entre tapas e beijos, como diz uma famosa canção.

Com relação às pré-conferências da Criança e do Adolescente, elas foram

realizadas. Teremos agora a lúdica. Sei que houve problema em algumas subprefeituras em relação à realização dessas pré-conferências, mas estamos contratando a FGV, que vai juntar esse material, fazer um estudo de tudo o que veio das pré-conferências para nos prepararmos para a Conferência Municipal convencional e para a Conferência Lúdica.

Em relação aos Conselhos Tutelares, efetivamente, não foi previsto um orçamento para a eleição. Existe um orçamento para a eleição do CMDCA, que, no meu entendimento, é muito grande. Estamos em contato com o TRE para fazer uma eleição mais barata para o CMDCA para, depois, utilizar parte desse recurso para fazer a eleição dos Conselhos Tutelares.

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O porquê é o Ahmed que vai responder, porque nós pedimos o recurso.

- Manifestações no recinto.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós teremos oportunidade de ouvir outros colegas aqui.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Estou tentando achar aqui. (Pausa) De qualquer forma, o valor que está previsto para a eleição do Conselho, na minha opinião, é muito...

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Calma, gente, ele está vendo aqui para mim. Eu estou querendo só responder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Podemos também deixar para as considerações finais.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A minha preocupação é que possamos ouvir todos vocês. Ainda temos 22 inscrições.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O valor que está destinado para a eleição do CMDCA é de 1,5 milhão, que eu acho muito. Eu acho que nós podemos fazer uma eleição muito mais barata do que isso com o apoio do TRE, e é isso o que nós estamos procurando para depois remanejar esse recurso para a eleição dos Conselhos Tutelares. E se não for possível, vamos tentar, através de emendas parlamentares, para complementarmos esse orçamento.

Com relação à minha experiência de Direitos Humanos, acho que não cabe aqui discutir. Se você quiser, depois nós conversamos. Eu não sou novinha, tenho 55 anos e tenho 32 anos de vida pública. Não sou promotora, sou procuradora de Estado e tenho um vasto currículo, que, se você depois quiser conhecer, a gente pode conversar.

Com relação aos Conselhos Tutelares, estamos em contato com as subprefeitas e esperamos que esses conselhos tenham um respaldo administrativo para atuar. Temos possibilidade de conseguir emendas parlamentares federais. Trabalhei no Governo Federal, e existem emendas parlamentares federais para equipar os Conselhos Tutelares com computadores, impressoras, carros *etc.*

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O orçamento dos Conselhos Tutelares está dentro das subprefeitas porque cabe às subprefeitas cuidar da parte administrativa e do pessoal administrativo dos Conselhos. Agora, eu gostaria muito também de ter o compromisso de vocês conselheiros tutelares, porque a nossa Secretaria não tem dados sobre o atendimento de vocês, porque vocês não acessam o Sopia CT.

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O Sopia está pronto, foi lançado dia...

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O Sipia foi reformado nessa gestão. Eu estava em Brasília quando nós fizemos o lançamento do novo Sipia, no dia 1º de agosto deste ano. A Vanessa, que é ponto focal aqui no Estado, vai começar a capacitação de vocês para a utilização do Sipia CT e aí a gente espera ter dados confiáveis do atendimento de vocês.

Nós também temos uma proposta de criação de um App para os Conselhos Tutelares para que facilite a vida de vocês no atendimento. Depois a gente pode conversar um pouco sobre isso.

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Estou à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu pediria que possamos ouvir a finalização da fala da Secretária.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Em relação à população de rua, nossa equipe é muito atuante, muito guerreira...

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Temos trabalhado junto com a SMADS nos diversos equipamentos e também no Comitê. Também, como eu disse na minha apresentação, nós estamos trabalhando com a Zeladoria e com a Guarda Civil Metropolitana.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu preferia que... Os senhores estão inscritos? (Manifestações longe do microfone). Então, chegará o momento de vocês falarem.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço que respeitem a Secretária.

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Em relação às emendas do Vereador Suplicy, duas delas ainda não chegaram para nós, devem estar ainda na Casa Civil. Vou

procurar saber, nós nem tínhamos conhecimento delas. Das outras emendas, uma delas é com a FLACSo, de apoio de trajetórias de vida, mulheres da Luz, cujo processo está tramitando; outra, de Territorialidades, do Instituto Vladimir Herzog, também está dependendo de parecer do nosso Departamento de Gestão e Parcerias. A de criação de barbearia solidária está com a nossa assessoria jurídica para parecer e finalização.

Eram essas as respostas às questões colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Teremos outra oportunidade ao final. Nós agora temos de ouvir as respostas da Secretaria.

- Manifestações no recinto.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Não. Esse grupo intersecretarial, como o nome diz, é um grupo entre as várias Secretarias que têm políticas e projetos para o idoso, e essa verba vai sair de cada Secretaria, do projeto de cada Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas chegará lá.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – O nosso papel é só de articulação nesse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem colocado. Vamos então ouvir o Secretário Filipe Sabará.

O SR. FILIPE SABARÁ – Boa tarde. Peço desculpas pela voz, pois estou um pouco rouco. Com relação à questão do número orçamentário, realmente houve uma devolutiva da Secretaria da Fazenda, que, de forma qualitativa, pelas reuniões que nós fizemos com eles, dá preferência para que não haja um Orçamento que não seja fora da realidade para depois ser congelado. Então, estamos promovendo discussões com a Secretaria da Fazenda para que o que for proposto seja realmente o que vai poder ser realizado, ou pelo menos próximo disso. Porque, senão, fazemos um Orçamento... Por exemplo, nós requeremos um Orçamento de 1.516 bilhão de reais; a Secretaria já se pronunciou, a explicação que foi dada é que, por causa das despesas fixas não seria possível. Esse é o nosso pleito, que, inclusive, foi

apresentado ao Comas por discussão. Claro que é o que nós queremos e vamos continuar brigando por isso. A Defensoria também está fazendo esse trabalho de buscar esse aumento do Orçamento para que ele fique próximo daquilo de que precisamos pelo menos para manter os serviços que já temos e para manter o Plano de Metas. Esse é nosso pleito.

A devolução que foi dada é de 1.287 versus 1.228, que é o que vai ser realizado até o final de 2018. Então, temos um pequeno incremento, como foi dito pela Vereadora Juliana Cardoso. Não haverá fechamento de serviços, isso está fora de cogitação.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Os serviços não estão fechando, nós não fechando nenhum serviço deliberadamente pela Secretaria...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Os serviços que estão sendo fechados são os serviços que estão sendo entregues por organizações. Da nossa parte, nós não estamos...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero permitir que o Secretário se pronunciasse. Depois vocês podem se manifestar.

O SR. FILIPE SABARÁ – Eu sugiria que o pessoal se registrasse para perguntar na plenária, que a gente responde, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, podemos inscrever. Há inscritos inclusive.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, vocês puderem aguardar a vez de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por isso é que eu tenho pedido a compreensão.

O SR. FILIPE SABARÁ – Com relação à questão das crianças e idosos, obviamente que...

- Interrupção da fala do Secretário. Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou pedir uma gentileza ao Rapper Pirata, por quem tenho tanto carinho. Vou pedir que ele se retire da audiência pública.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se o Rapper Pirata quiser uma exceção, me consultando para que possa falar, sim; mas, dessa forma que ele fez, não concordo. Se vocês concordarem, e a Mesa concordar que é dessa forma...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, eu também vou solicitar que quem está ali interrompendo... Para que as pessoas possam ouvir, peço essa gentileza ao Leandro. Muito bem, o Leandro já compreendeu. Pode seguir, Secretário.

O SR. FILIPE SABARÁ – Obrigado. Obviamente, o nosso esforço é para o cumprimento pelo menos das metas que foram estabelecidas. Isso demanda orçamento. Sabemos que houve um incremento na arrecadação, mas isso não é suficiente. Nós temos que confiar naquilo que a Secretaria da Fazenda coloca como resposta. Vocês podem ter certeza que também é da nossa vontade aumentar serviço, obviamente. Então, o pleito de vocês é o mesmo que o nosso, mesmo que pareça que não. Claro que o nosso trabalho é nesse sentido.

Respondendo agora algumas questões pontuais, foi colocado o questionamento sobre censo da população de rua. A obrigação legal é que seja feito a cada 4 anos, Vereador. Então, será feito no ano que vem. Em 2019, já reservamos esse orçamento, que é de 1,7 milhão. Vamos fazer qualitativa e quantitativamente, como foi feito da outra vez. Existe realmente uma expectativa de que esse número de pessoas em situação de rua tenha aumentado, é visível inclusive; mas nós não temos a certeza. Algo em torno de 20 mil com certeza já deve haver. Por isso é que nós aumentamos a quantidade de serviços de acolhimento. Claro que a qualidade desses serviços poderia ser muito melhor, sempre pode ser melhor. É por isso que nós estamos colocando como prioridade para 2019 o remanejamento de pelo menos 2 mil vagas e centros de acolhida para repúblicas justamente para pessoas com maior autonomia, para que esses serviços que oferecem maior autonomia durante o acolhimentos sejam prioridade. O que nós fizemos em termos de aumento de vagas de

acolhimento, que hoje são 17.782 vagas – foram 18 CTAs abertos –, foi justamente a questão emergencial. Nós entendemos que é muito melhor a pessoa ter um serviço de acolhimento do que ficar na rua. A tendência é que, claro, a gente melhore esse acolhimento. Isso foi falado, e nossa intenção é a mesma.

Há também a questão da autonomia e renda, a saída qualificada. Nós implementamos o programa Trabalho Novo, que embora é bastante discutido pelos senhores, para aqueles que tiveram seu emprego ele é de muita valia. Foram mais de 2.526 empregadas.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Para quem não teve um emprego...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Por favor. Para quem não teve um emprego, eu entendo que talvez não seja de relevância. Para quem foi empregado, esse serviço tem sido muito elogiado. Estive no McDonald's há duas semanas, e mais de 200 pessoas que estão empregadas só nessa empresa que estavam em situação de rua me abraçaram, me agradeceram...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Não por mim, mas por São Paulo. Então, para vocês que devem ter seus empregos, isso não deve significar muita coisa. Para eles significa muita coisa ter um emprego. Para nós também. Para mim, posso dizer que esse programa me deixa muito feliz. Com certeza, é o maior programa de empregabilidade de pessoas em situação de rua da história de São Paulo, talvez da história do Brasil, porque São Paulo realmente é a cidade com o maior número de pessoas vivendo em situação de rua. Realmente, é motivo de muito orgulho para São Paulo. Tive o privilégio de participar desta gestão; todos nós, na verdade, que estamos nesta cidade. Que isso sirva realmente de exemplo e que possamos implementar mais serviços voltados realmente à autonomia desses cidadãos, para que não fique somente no acolhimento. Concordo com todos vocês que o acolhimento que está sendo dado não é

aquilo que a gente pode dar de melhor, mas é alguma coisa que a gente pode oferecer e melhorar.

Com relação aos CJs, existe uma grande demanda por unidades de Cedesp. Isso porque os Cedesp atendem pessoas de 15 a 59 anos, assim como os CCInter, que atendem várias gerações ao mesmo tempo. Estamos criando os Cedesp junto com os CJ. Hoje em São Paulo já são 58 Cedesp, que são serviços de profissionalização, capacitação. Mais de 95% das pessoas que concluem os cursos no Cedesp têm sido empregadas. O Cedesp também é ligado ao Senai e a várias universidades técnicas, com as quais estamos em contato para que as pessoas já saiam dos Cedesp com seu curso técnico qualificado e com a certificação. Isso aumenta o índice de empregabilidade.

O Cedesp hoje é o nosso foco, é uma demanda da população; assim como os CCInter, que também atendem várias gerações. Isso faz uma diferença, porque há uma troca entre as gerações inclusive durante esse período de acolhimento.

Acho que essas eram as perguntas principais. Se alguém quiser mais alguma resposta, eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou pedir ao Secretário, até para nos acalmar, porque eu fico também na mesma expectativa. Vamos fazer um requerimento para saber exatamente, em relação ao Programa Trabalho Novo, quantos foram contratados, quantos permaneceram. Nós também vamos querer saber a sequência disso e quantos recuperaram-se obviamente. Secretário, faremos essa consulta de maneira oficial, que é pertinente ao questionamento.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu só volto a pedir que esperemos o momento para cada um se manifestar.

O SR. FILIPE SABARÁ – Vereador, ficou uma questão, que eu fiquei de falar. Isso está dentro do Plano de Metas e há limitação orçamentária. Mas alguém questionou sobre

idosos e por que o programa de moradias primeiro está focado na população de rua. Foi uma pergunta que eu não respondi. Na verdade, foi um projeto desenvolvido intersecretarialmente. As Secretarias de Habitação, de Direitos Humanos e de Desenvolvimento Social – SMADS fizeram vários debates, inclusive públicos, promovidos pelas Secretarias de Habitação e de Direitos Humanos. Definimos que para esse serviço de habitação, esse teste, que são 441 habitações para população em situação de rua inclui idosos em situação de rua e pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência. Não é população de rua limitada, por exemplo, a um público somente masculino adulto; será mesclado de acordo com a questão da vulnerabilidade. Então essa foi uma das questões. Estamos implementando o primeiro, mas a ideia é que o serviço seja expandido.

Para concluir a questão do trabalho novo: são 115 empresas participantes, hoje. Crianças de ruas: temos, hoje, 119 SAICAs, para 0 a 17 anos, e nós temos o serviço Porta de Entrada, que são seis. Nós temos, no plano de metas, a abertura de pelo menos cinco para o ano que vem, a depender da aprovação orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, obrigado. Eu vou pedir de ofício esse requerimento. Eu acho que são informações que vocês têm prontas. Em cinco, seis dias, vocês conseguem nos mandar, não é?

O Pirata é meu amigo, e eu solicito que ele continue conosco nesta audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Alan Carvalho.

O SR. ALAN CARVALHO – Muito boa tarde a todos e a todas.

Mais uma vez, viemos cumprir, exigir, pedir que nada mais, nada menos, que a lei seja cumprida. O Secretário, mais uma vez, mostra a sua ignorância acerca da política de assistência social, quando confunde atendimento em SAICA com criança em situação de rua. Isso é evidente, é explícito, e não é à toa a dificuldade de diálogo absoluta que temos nesta cidade, com esse Secretário, desde que tomou posse. Não ouve o Conselho, não respeita o

Conselho, as suas atribuições, simplesmente faz aquilo que a sua gestão fala e manda, como se fossem donos da cidade de São Paulo. “São Paulo se orgulha”, “São Paulo gosta”, “o maior de São Paulo” são as palavras dele.

Quero deixar aqui um registro de legalidade: até quando nós vamos permitir que a lei seja desafiada nesta Casa?

O orçamento da Assistência Social, a proposta orçamentária a ser encaminhada para esta Casa, de novo, atropelou o órgão deliberativo e controlador das ações na política, que é o Conselho. Essa atribuição, inclusive, é reconhecida pelo Tribunal de Contas da União. É só ler a cartilha do Tribunal, que está lá essa atribuição legal do Conselho. Mais uma vez, a proposta tem vício de gênese. Não sei como consegue tramitar todo ano com esse viés.

Mais uma vez, as conferências, que são instâncias deliberativas da política, tanto da Criança e do Adolescente – o Conselho Tutelar está aqui – como o da Assistência Social não são incorporadas, não são acatadas, não são acolhidas no orçamento da cidade de São Paulo, são simplesmente ignoradas. É outro ato de ilegalidade que precisa ser esclarecido, precisa ser resolvido e precisa ser garantida essa legalidade. Eu apelo aos defensores que aqui estão, que devem ter conhecimento já dessas situações.

Quanto aos programas citados aqui – CTA, Trabalho Novo –, seria interessante também a Comissão perguntar se eles estão aprovados legalmente, seguindo as regras do Regimento Interno, do Conselho Municipal, aquilo que preconiza o serviço tipificado nacionalmente. Seria importante observar tudo isso, porque tem recurso público sendo gasto em programa, sendo investido em programa que não obteve a devida aprovação no Conselho, que é o órgão deliberativo e controlador dessas ações.

É importante também que essa audiência pública se questione, e os Vereadores também, por favor, possam dar sequência àquilo que a população aponta. Isso aqui não é um muro de lamentações, isso aqui é uma instância legal, dentro do marco legal vigente do país, princípio constitucional da participação popular, da democracia participativa, e a gente vem

aqui, fala, aponta, traz números, traz propostas, e, simplesmente, o que a Mesa fala dialoga com aquilo que é dito aqui. E aí as pessoas se indignam, com toda a razão, porque quem está na Mesa, enquanto a gestão faz ouvido mouco, responde mecanicamente, aquela repetição infinita, mostra a sua absoluta incapacidade de escuta, e muito menos de acolhida. Então quando que vamos garantir a efetividade dessa instância de participação também consagrada em lei? Quando que nós vamos ter essa escuta?

Estou aqui observando a Secretária-Adjunta, que esteve no Fórum de Assistência Social, do qual eu faço parte, se comprometendo com um programa amplo de discussão antecipada acerca dessa peça orçamentária. Não cumpriu, nem satisfação deu. Quer dizer, nem o diálogo, a construção coletiva, princípio constitucional. Gostemos ou não, independente de qual partido seja, é a lei em vigor. E venho aqui, nada mais, nada menos, pedir o cumprimento da lei.

Por último, Sr. Presidente, e Vereador Suplicy, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Vereadora Juliana, que teve que se ausentar, que fique registrado: se o Secretário respondeu todos os questionamentos que foram feitos numa audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão do Idoso e da Assistência Social. Precisamos retomar isso para seguir adiante, porque, senão, as audiências públicas perdem o seu sentido e deixam de cumprir o seu objeto legal.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Fernanda Cristina, do Instituto Gabi.

A SRA. FERNANDA CRISTINA – Olá. De bom dia, de boa tarde, eu acredito que não tem nada, porque, infelizmente, isso aqui é uma palhaçada, no sentido de que alguma coisa não está batendo. Eu agradeço muito a presença de vocês, que é algo que nos fortalece. Não é um conselho, mas um desejo: não se deixem ser moldadas. Por isso que a gente está vendo. Para nós é uma desonra saber que existe uma falta de respeito, de consideração com

tudo isso que está sendo falado.

Eu sou mãe de uma pessoa com deficiência intelectual, meu filho tem 23 anos, e eu tenho buscado essa igualdade, essa inclusão. Aliás, essa inclusão que não existe, porque hoje ele tem 23 anos, e se ele não estivesse no Instituto Gabi, onde ele fica quatro horas, ele estaria enfiado dentro de casa, encarcerado, como já tivemos no passado. Então cadê realmente a lei de inclusão? Ela não funciona. É o oposto: exclusão. Os nossos serviços públicos não estão capacitados para apoiar, para receber, porque, na verdade, os nossos filhos são peso para a sociedade. E eu posso abranger isso aí para toda essa minoria, essa parte desigual, não é, porque o legal é ser normal.

No meu caso, meu filho não é normal, e ele não é aceito dentro daquilo que prevê a Constituição, que, na verdade, não funciona, né, gente. Pelo amor de Deus. A gente está aqui falando de coisas. E, olha, eu sinto olhar para o olhar do Secretário, da Secretária, e ver um olhar tão vago diante dessa preocupação. Por que será que os números não batem? Será que é porque a gente está aqui fazendo de conta? Será que é isso? Estou fazendo de conta que as coisas não estão acontecendo?

Eu quero deixar a minha fala. E pedir, encarecidamente, aos Vereadores que sejam voz dessa situação para nós. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Neia Arantes.

A SRA. NEIA ARANTES – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa. A gente já viu esse filme; todo esse ano a gente vê. Orçamento é complicado. Eu vou começar pela pasta de SMADS.

Antes, quero agradecer a presença da Defensoria. Precisamos muito de vocês. A situação da criança e do adolescente na cidade de São Paulo e do idoso está gritante. E é muito bom que a Defensoria esteja aqui para estar junto com a gente, porque a coisa está feia nesta cidade.

Sobre a SMADS, do Secretário Filipe Sabará: a gente vê essa terceirização em

massa do serviço público, e a não fiscalização desses serviços, que traz todo esse serviço sucateado na cidade de São Paulo para atender a criança e o adolescente, o idoso ou a pessoa em situação de rua. Essa é a situação. São serviços terceirizados, que não são fiscalizados por quem deve fazê-lo. Porque, na verdade, é um serviço público, mas que deveria ser feito pelo órgão público, que terceiriza, não fiscaliza e não dá condições. Então, quando pensamos em criança e adolescente, com um orçamento de 581 milhões, eu não ouvi falar nenhuma vez aqui sobre medida socioeducativa. Não se fala desse serviço, que também é um serviço sucateado, que enche a Fundação Casa, porque não temos o serviço de medida socioeducativa que dê conta da situação para atendimento disso.

Também não ouvi falar sobre os serviços de identificação de pais e responsáveis por crianças e adolescentes desaparecidos, que constam no art. 87, inc. IV ECA. Estamos com uma situação grave nessa cidade de tantas pessoas desaparecidas. E ninguém fala sobre isso! Além de a pessoa estar desaparecida, ela ainda também é invisível nesta cidade. Precisamos pensar que tipo de ação está sendo feito para esse tipo de coisa, esse serviço para a população que está desaparecida. Não vemos a discussão, e precisamos levar isso a fundo.

Por falar em serviços de abordagens, Secretário, quando fala dessa questão da capacitação pelo SUAS e tudo o mais, o SUAS nem está implementado direito nesta cidade. A gente não vê implementação desses SUAS. Se tivesse, nós não estaríamos sofrendo tudo que nós estamos sofrendo, aqui, agora. Então vamos, primeiro, implementar de verdade esse SUAS. E quando fala essa questão de capacitação para essa humanização. Eu não vejo humanização para atender criança que está em situação de rua, porque, quando ela vai para um serviço, ela é maltratada, ela não é acolhida como ela deveria ser.

Uma coisa que não dá para deixar passar, que é uma questão para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos: a questão da eleição dos conselhos tutelares é séria. Eu já venho apontando isso há anos, desde que terminou a segunda, porque eu participei do processo todo da outra. Foi um caos nesta cidade; quem participou sabe. Então o orçamento

de um milhão e quinhentos, como foi dito, para o Conselho Municipal, Secretária, não dá nem para o Conselho Municipal. Não sei se vocês viram os dados passados: que a eleição do conselho municipal foi de três milhões e alguma coisa, relativo ao ano de 2017, e tirou dinheiro da Fonte 00, que não é para tirar, porque isso não é da Fonte 00, do CMDCA, e, sim, do Executivo municipal. Tirou dinheiro, e a Secretaria não devolveu esse dinheiro para o CMDCA. Isso para começar.

Não sei se vocês sabem, mas a eleição do conselho tutelar, com a questão da Prodam, custou muito caro. Ela era em torno de cinco, seis, sete milhões, e chegou aprovada em quase sete milhões. Então não dá. Ou vai ter que conversar com a Secretaria de Prefeituras, para que ela possa colocar, dentro do orçamento dos conselhos tutelares, a dotação orçamentária do conselho tutelar, a eleição e com o valor, e até mesmo a formação continuada, que é dentro da dotação orçamentária dos conselhos tutelares.

Essas audiências deveriam ocorrer o ano todo, para que a gente começasse a avaliar os serviços, e, ao final, aprovar.

Para finalizar, a questão do Funcad: é séria. O Funcad aprova projeto sem ter um plano de proteção integral. Esses projetos são aprovados só pelo edital de convocação. Isso está errado, ele precisa estar dentro do plano. E quando a gente fala que vai ter os conteúdos das conferências, quem sejam regionais, e quem vão ser levadas para municipal, para se fazer um plano, nós vamos dizer: lamentavelmente, esse plano está comprometido totalmente. Sabemos o que foram as conferências nas regionais dessa cidade: sem recurso, sem nada. Então precisamos pensar de forma que vá construir isso. E que o fundo dê condições. O dinheiro do fundo é para políticas inovadoras e complementares, e não é para política pública obrigatória, da forma como tem sido usado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Lola Matoso.

A SRA. LORA MATOSO – Boa tarde a todos. Eu sou a Lora Matoso, 20 anos de rua. Aliás, boa tarde a todos, não; eu não vou dar boa tarde ao Filipe Sabará, que ele não

merece. Ele não é nada, ele não faz nada. Eu vejo as pessoas batendo palma para o fascista, que é isso que ela gostam, que batam palma, mas ele não faz nada. E eu estou só complementando o que todo mundo veio aqui e falou. Ele não sabe nem o que está acontecendo. E se tem algum morador de rua que abraça o Secretário é fascista como ele, porque a rua está sofrendo, a rua não tem tempo de ficar dando abraço para fascista. Onde jogaram água, o pessoal está doente, graças a eles, que é muito bom. Ele não é nada.

Cadê a Secretária de Direitos Humanos? Como é que é o nome da senhora mesmo? (Pausa) Berenice, né?

Doutora Berenice, eu sou suplente no Comitê. A senhora falou que o Comitê atua em equipamento. Que equipamento? Então me mostra esse relatório, porque eu sou suplente lá dentro e eu não sei disso. A senhora foi transparecer para a gente, mês passado, que ela iria ser a nova secretária. Aí eu quero que a senhora peça para o Alci me dar esses dados, porque quem foi aos equipamentos, junto com a Gitane... Cadê a bonita da Gitane, a Secretária? (Pausa) Já saiu. Deve ter ido ao banheiro ou tomar café. Foi eu e o José França. E o que chegou a nós é que a Gitane não ia para o nosso equipamento. Eu queria até que ela estivesse aqui, porque é uma farsa, é uma mentira. O equipamento é um campo de concentração. A assistente social não tem suporte, não tem como dar suporte, essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. LORA MATOSO – Ai meu Deus, vocês falam para caramba, e nós temos que falar em três minutos. Que inferno! (Palmas)

Vida Nova e Jornada de Autonomia onde? Eu quero conhecer essa Vida Nova!, o Jornada de Autonomia! Eu quero que tenham transparência com a rua. A mulher falou para um amigo: “Você não se enquadrando em Trabalho Novo porque o seu corpo é todo tatuado”. Esses caras do Trabalho Novo, olha, parabéns para vocês! Tem cara no CTA que brigou com a mulher, foi para o CTA e já arrumou emprego, não estava em situação de rua.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

A SRA. LORA MATOSO – Obrigado, nada. Não tem nada de obrigado, que são três minutos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Kelly.

A SRA. KELLY – Eu sou a Kelly, trabalhadora do segmento de mulheres em situação de violência A Paula já havia falado, somos do mesmo segmento, mas eu vou falar também.

Acho que algumas coisas talvez se tornem repetidas: além de eu ser trabalhadora do extremo leste da cidade, eu também milito num movimento feminista. Tem algumas coisas que já falaram. Mas quero repetir que esse orçamento é insuficiente para a Assistência, como um todo. Porque, embora a gente esteja falando como mulher, enfim, trabalhadora desse equipamento, dizer que ele é insuficiente de fato para o equipamento que temos. E também quando falamos em fechamento, por exemplo, de CCAs, de CJs, como já foi feito em Guaianases. Em Guaianazes não tem CJ. Com isso, a gente está falando que isso também piora a situação das mulheres, sobretudo essas que estão em situação de violência, porque elas dependem do funcionamento desses serviços para dar conta, inclusive, da sua situação de violência.

Quando falamos desse enxugamento de vera, estamos falando de uma total precarização do serviço. Os serviços da Assistência já estão sucateados, especialmente esses das mulheres, mas, quando falamos também dos equipamentos de direitos humanos, estamos num processo em que não sabemos até quando vão continuar os equipamentos diretos, porque estão em tal grau de sucateado que o processo é de fechamento ou de conveniamento, que é precário também.

Embora estejamos falando bastante da Casa da Mulher Brasileira, eu acho que ela tem uma importância, mas ela não deve ter uma centralidade. Os equipamentos das mulheres que estão na ponta, os espaços a que elas vão chegar, também devem ter prioridade, devem funcionar de uma maneira qualitativa.

Por último, quando falamos em mulheres em situação de violência, e falamos de diminuição de recursos, estamos responsabilizando o estado também pela morte delas. Isso porque, hoje, em grande maioria, as mulheres que vão nos procurar vão morrendo de fome, então indo aos equipamentos inclusive para se alimentar, alimentar os filhos. E quando elas buscam respostas para sair da situação de violência, a única coisa que o Estado oferece, hoje, mal e porcamente, de maneira muito precarizada, são os abrigos na cidade. Não existe política de habitação, muito menos elas conseguem ser atendidas, por exemplo, no CRAS da região, já que ficam na fila desde as quatro horas da manhã para serem atendidas, isso quando são atendidas. E as trabalhadoras que estão lá tentam gerenciar essa miséria. É isso que tem acontecido. Essas mulheres, quando estão em situação de violência, e querem sair, em sua grande maioria, acabam tendo que voltar para casa, porque entendem que abrigo não é um espaço de moradia, não querem estar nesses espaços, e assim acabam voltando para casa, voltando para os agressores. É por isso que a gente fala que essa situação mata essas mulheres; e o Estado é responsável, na medida em que diminui o orçamento. Porque o que elas dizem para gente: “Olha, eu gerenciei até agora a violência que eu sofro, e consigo gerenciar mais um pouco, mas a fome dos meus filhos eu não gerencio”. E eu acho que nenhum gestor deve ganhar confetes, sobretudo não em nosso nome, das mulheres.

E eu acho que a convocatória é: em meados de 2017, muitos serviços estiveram sob suspeita de fechamento, porque a Secretaria nunca disse que iria fechar, mas houve, sim, suspeita. Os trabalhadores, as usuárias, se organizaram. E se não fechou equipamento foi porque a mulherada foi para rua. E eu acho que vamos ter que fazer o mesmo movimento mais uma vez. Dialogar aqui talvez não seja suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Alexandre Frederico.

O SR. ALEXANDRE FREDERICO – Boa tarde. Eu sou o Alexandre Frederico, em situação de rua, hoje acolhido num centro de acolhido, a muito custo, a duras penas.

Primeiro, feliz de saber que o Secretário da Assistência, Filipe Sabará, é de carne e

osso, ele existe, porque a sensação que nós tínhamos é que vocês viviam no Olimpo, e nós éramos inacessáveis. A nossa invisibilidade já era grande. Então ficamos saber que você existe, que você é de carne e osso, que você está aí, que você está ouvindo o que estamos falando.

Segundo: agradecer a Gitane por ter aberto um espaço, duas horas e meia, para nós ouvir, coisa que nunca foi feito antes. Então, muito obrigado, por ter... Sem ONG, nós falamos usuário e SMADS. Nós tentamos nadar e transpor esse oceano, porque as ONGs infelizmente têm os seus problemas, a sua opressão e a sua inadequação de trabalho, só que também aceitam isso. Aí é que a gente cobra.

Obrigado a duas conselheiras, Sra. Regina Paixão e Itamara Cereja, que realmente falaram e citaram que nós, usuários, estávamos atrás presentes. Se não houver usuário, não há por que orçamento, não há porquê de nada, não há porquê de emprego, não há porquê de conselho, não há função alguma. Então, nós somos protagonistas, nós somos atuantes. Nós não só apontamos dedo na cara da SMADS, nós temos soluções. Querem soluções? Perguntem aos usuários. Nós estamos aqui, nós sabemos onde o sapato aperta. (Palmas) Não paguem milhões e milhões para pessoas falarem o que pensam sobre nós. Não, querem saber da minha vida? Perguntem para o Sr. Alexandre, a loura, para o Sr. França, para o Sr. Nilson e para todo mundo que está atrás. Então, nós é que somos protagonistas das nossas vidas. Nós sabemos o porquê viemos parar aqui.

Quanto ao trabalho novo, Gaio, o senhor vai ser sempre vaiado, desculpe-me. Sabe por quê? Dois mil e não sei quantos, eu quero conhecer. Parabéns aos dois que vieram aqui. Eu quero conhecer os dois mil e oitenta e oito que não vieram, porque não só a tatuagem no corpo e desdentados, como eu, não iriam. No próprio MacDonald's, entendeu? O trabalho novo não atingiu o cerne da questão, o problema. O que eu conheci de gente que fez trabalho novo, aquela sensibilização de uma semana, chora, faz e acontece. Não foi chamado, porque já estava acima dos 42. Segundo, de todos que eu conheci, não vou dizer todos, 90%, voltaram

para o centro de acolhida. Estavam no ano passado, no começo desse ano e estão de novo nos núcleos e nos centros de acolhidas. Aí tem que se detectar onde foi o erro, onde foi o trabalho não feito na sua raiz, na drogadição, na saúde, na habitação e no trabalho. No Eu vou morrer e quero ver isso: No dia em que as secretarias, não só a SMADS, mas todas se sentarem, na mesa, conosco, aí a gente vai começar a pensar em políticas públicas para a população de rua.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Sr. Geraldo Figueiredo de Almeida, do Instituto Cidadão Brasileiro Participativo. (Pausa) Se conhecerem o Sr. Geraldo e ele voltar depois, por favor, avisem que ele já foi chamado.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Shimakura, assistente social do Núcleo de Infância da Defensoria Pública. (Pausa) Também já se retirou.

Tem a palavra a Sra. Maria Aparecida, do Sindicato dos Trabalhadores em ONGs da Assistência.

A SRA. MARIA APARECIDA – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar a Mesa. Eu vim aqui hoje. Eu fui contemplada com muitas falas. Eu sei que a plenária de orçamento, a audiência é bem complicada, mas a gente não pode deixar de falar, até porque a gente não sabe até quando a gente vai poder falar. O sindicato está aqui em nome de todos os trabalhadores de Assistência Social. É de prática que todos os anos o orçamento tenha uma falha grave, que é olhar a questão do trabalhador.

A Mesa pode achar que essa fala não é pertinente para o orçamento, porque os trabalhadores são de responsabilidade das organizações, só que nós, do sindicato, não vemos desse jeito e os trabalhadores também não, porque esse é um serviço que deveria ser

prestado por um sistema público, mas existe a necessidade das organizações e existe a necessidade dos trabalhadores, que precisam ser valorizados.

Quanto à questão do orçamento, quando não se pensa na questão do RH dos trabalhadores, é muito grave. Foi dito aqui que a secretaria não fecha serviço. O que fecha serviço é a dificuldade que as organizações têm em manter o quadro de RH. Essa é uma das maiores dificuldades. Aí eu falo para aqueles adolescentes, que estiveram aqui antes de mim, e que pediram para que não se fechasse serviço. Não dá para todo ano - a nossa data base é primeiro de julho - a gente ficar esmolando um aumento para os trabalhadores. Eu quero lembrar também que a questão do aumento é importantíssima, até porque o salário dos trabalhadores da Assistência Social é triste, é precário. Não é bom, mas é ainda o que há. A questão também é da estrutura para o trabalhador efetivamente conseguir fazer o seu trabalho. A gente tem uma dificuldade muito grande. Quando a gente pensa em orçamento, a gente pensa como na nossa casa: Nós precisamos manter o orçamento, para dar continuidade na questão da nossa casa. Aí quando se muda o ano, a única coisa que se congelou foi o orçamento por vinte anos, porque o resto, nada mais, na vida, está congelado: o arroz aumenta, o feijão aumenta e o gás aumenta. Então, tudo aumenta. Então, a gente precisa pensar no orçamento anual realmente, para manutenção. Se for para fazer uma reestruturação para melhorar, a gente tem que pensar no aumento maior, e se for pensar numa ampliação, aí a gente tem que pensar seriamente como a gente vai fazer isso.

A gente está numa questão, que talvez a gente precise reestruturar os serviços que já existem. Falando em questão do trabalhador, existe serviço que está reduzindo o salário de trabalhadores. Os senhores devem saber, a Secretaria deve saber. A gente vai comunicar, porque infelizmente isso está acontecendo: no mês do aumento salarial, o trabalhador ter redução de salários. Aí a gente vai vendo como é que funciona a reforma trabalhista, a gente vai vendo até que ponto isso vai acontecendo, e, toda vez que se fragiliza mais a questão do trabalhador, aumenta-se a demanda da Assistência Social. Aí a gente tem que pensar também

na estrutura de trabalho. É necessário haver um orçamento adequado, para que o trabalhador consiga ter melhores condições de trabalho. Há quantos anos a gente discute a redução de adolescentes dentro do SAICA? E aí quando forem noticiar as organizações que estão trabalhando irregularmente, com 20 crianças e adolescentes, as organizações são obrigadas, senão perdem o convênio, e aí é complicado.

Não dá para a gente pensar em todas as vezes haver uma discussão orçamentária, com tantos conflitos quanto a gente viu aqui. A gente precisa discutir orçamento no ano passado, para quando chegar, nessa época, serem contempladas as necessidades básicas. Eu não vou dizer que dá para contemplar tudo, mas minimamente eu quero deixar que é extremamente necessário pensar no aumento de *per capita*, para o aumento do salário dos trabalhadores, porque senão, gente, vão fechar serviço sim, porque quem carrega, nas costas, o trabalho da Assistência são esses trabalhadores da ponta. Então, não há condições. O trabalho pode não ser bom? Pode não ser. Ele precisa melhorar, mas para se manter do jeito que está, ainda é necessário um aumento. Então, eu acho que existe a necessidade da recomposição do orçamento. Não há como pensar num orçamento, em ampliação e em manutenção, se não pensarem nesses trabalhadores. Quanto à questão da alimentação, que foi falada aqui, quando as mulheres chegam com dificuldade até alimentar dentro do serviço, a maioria dos serviços de mulheres não cumprem com a questão do direito dos trabalhadores à alimentação, quando trabalham mais de seis horas. Então, a gente tem que discutir aqui a questão de direito, tanto para trabalhador quanto para os usuários, e o que a gente espera aqui é a recomposição do orçamento.

Outra coisa que a gente espera também é que a gente seja resistente à fala, de que a gente vai ter que optar entre os direitos e o trabalho. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O Sr. Secretário Filipe Sabará tem um evento agora, às 14h30 na Prefeitura, e como se espera ouvi-lo novamente, a palavra volta agora para o Sr. Secretário, para que S.Exa. saia e a Sra. Secretária

Adjunta a representante.

O SR. FILIPE SABARÁ – Obrigada, Sra. Presidente. Bom, uma das grandes demandas aqui foi a questão dos idosos, e agora, às 14h30, vai ser assinada a primeira portaria intersecretarial entre Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria de Saúde, para que o atendimento em centros/dia, centros de acolhida para idosos em situações de rua e os ILPIs tenham atendimento não só de SMADS, mas de saúde nesses serviços, e a portaria vai ser assinada agora, às 14h30. Então, eu vou precisar assinar. É uma das grandes demandas aqui a questão dos idosos. Então, o motivo é esse. Os senhores podem acompanhar a agenda. Sou eu e o Sr. Secretário Municipal de Saúde que vamos assinar esse termo intersecretarial, que foi escrito junto com a anuência do Ministério Público. Nós vamos implementar o atendimento de saúde e SMADS nos serviços para idosos.

Então, aqui fica me representando a também Sra. Secretária Adjunta, que é responsável inclusive tecnicamente pelo orçamento. Então, todas as perguntas serão respondidas. Eu não gostaria de ter que sair, mas o assunto é importante. Inclusive, foi demanda dos senhores que a gente atendesse, com qualidade, os idosos, e aqui eu acho que é interesse de todos o atendimento à saúde nos serviços da Assistência Social para idosos.

Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, V.Exa. pode não ter correspondido, mas, no horário, foi muito correto conosco e chegou rigorosamente às 10 horas e já está há quatro horas conosco.

O SR. FILIPE SABARÁ – Gostaria de ficar mais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, do ponto de vista de horário, V.Exa. está perfeito. Do ponto de vista de atender às necessidades, parece que não, mas é um debate.

O SR. FILIPE SABARÁ – Mas me mantenho à disposição. Realmente concordo que o orçamento pode ser e deve ser discutido durante todo o ano. A gente está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos sim liberar o Sr. Secretário. Eu vi, na agenda do Sr. Prefeito, que consta mesmo essa assinatura de convênio. Então, vamos seguir com o Sr. Deusdete, que eu o conheço e é muito objetivo nas falas.

O SR. DEUSDETE – Boa tarde a todos. Sou do movimento popular de saúde de Parelheiros. Já fui conselheiro tutelar por dois mandatos. Sou ativista do movimento pela saúde há mais de vinte e cinco anos.

O que eu tenho que falar é que o PSDB está governando esta Cidade. Daqui a quatro anos, haverá eleição novamente, e viram que foi um massacre nas políticas sociais. Não houve nem uma pasta onde não foi retirada verba desta Cidade. Então, a minha proposta é que haja uma reunião no Ministério Público, como foi na Saúde, que iriam cortar 169 unidades de saúde do AMA e nós fizemos uma audiência lá com mais de mil pessoas. Lá fizemos os meus documentos. Aí que se conseguiu barrar o fechamento das unidades de saúde de São Paulo.

Então, como proposta, eu deixo que aqui façam uma audiência pública no Ministério Público, e que reponham essa verba que está sendo retirada, porque, senão, no ano que vem, vai faltar verba. No outro ano, vai faltar verba novamente e nunca nós vamos chegar num objetivo comum. Então, o que eu deixo registrado aqui é que nós nos organizemos, para fazer uma audiência pública no Ministério Público, para esse Governo colocar o dinheiro de onde tiraram. Cortaram todos os projetos sociais, e o dinheiro foi para onde? De quatro latas de leite, foram colocadas duas latas de leite para cada criança. Foi cortado o transporte escolar. Foram cortadas várias coisas na nossa Cidade.

Então, gente, vamos ficar atentos com os governos, porque, daqui a quatro anos, haverá eleição para prefeito novamente, e vamos ficar atentos para quem votamos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Ricardo de Lima, do Fórum

de Assistência Social.

O SR. RICARDO DE LIMA – Boa tarde a todos. Primeiramente eu quero cumprimentar a Defensoria, como a maioria de nós fizemos, porque eu acho que, dentre todas as autoridades presentes, a única que realmente tem respondido a expectativa da população é a Defensoria Pública. Pelo que a gente tem visto nas entrelinhas, a gente perdeu a esperança nos cargos Legislativos e nos Executivos, mesmo porque eu acho que o partido que governa São Paulo deveria iniciar coerentemente, tirando o nome de social democracia, porque esse orçamento apresentado, na Casa, não se assemelha sequer a uma social democracia, como prega a legenda deles.

Eu gostaria que o Sr. Secretário Filipe Sabará estivesse permanecido, porque, na última vez que nós conseguimos que S.Exa. nos ouvisse, foi há um ano e um mês, nesta Casa, na discussão do orçamento. Pela primeira vez, eu não venho fazer uma reivindicação da sociedade civil aqui. A recomposição do orçamento, do orçamento aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social vem atendendo a quase 85% de demandas do Poder Judiciário. Então, são determinações do Poder Judiciário sobre a abertura de SAICA, sobre abertura de casas-lares, que não estão sendo contempladas nessa peça orçamentária; e a gente está pedindo colocar para recomposição.

Eu chego a ficar envergonhado de não estar ganhando um centavo, para defender um orçamento que implica judicialmente ao Sr. Prefeito de São Paulo. Enquanto nós temos um Secretário e um Adjunto, que juntos ganham 30 mil por milhões e já ganharam em torno de 300 mil só neste ano, não fizeram essa defesa junto à Secretaria da Fazenda, para recomposição de um orçamento determinado pelo Poder Judiciário, no que tange à abertura de serviços para crianças e adolescentes, que foram tirados.

O Sr. Secretário fala: “Nós não estamos fechando serviço. São as organizações que entregam”. Vou citar um exemplo: SPVV na região de Guaianases. Foi fechado em janeiro, porque foi entregue pela organização, que não deu conta de pagar as suas contas. Até hoje, o

SPVV não foi aberto novamente. Por quê? Porque não há interesse. Então, sucateiam serviços das organizações, o financiamento, e obrigam às organizações a entregar, e aí saem de bonzinho, maquiando, de que não fecharam serviço. Chega a ser ridículo e irônico com a nossa cara. E aí, quando o pessoal da população em situação de rua, que está nas ruas, que estão nos centros de acolhida e fala: “Cadê as 2.800 pessoas em situação de rua que estão inseridas pelo trabalho novo que a gente não vê?”, sugerem que estão trabalhando. Então, será que a população em situação de rua aqui não está trabalhando por que não quer ou por que é vagabundo? Será que foi isso que o Sr. Secretário quis dizer dos senhores e para os senhores? Então, para mim é indignante a gente tem que ouvir isso e, pela primeira vez, a gente não está falando assim: “O Sr. Secretário não está cumprindo a determinações judicial, em apresentar esse orçamento ridículo nesta Casa”.

Agora, se esta Casa vai referendar esse orçamento ridículo, estará também desprezando as reivindicações judiciais. Então para que fazer lei na casa do povo? (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Márcia Peroni; em seguida, Edson José Mineiro.

A SRA. MÁRCIA PERONI - Boa tarde.

Antes de qualquer coisa, gostaria de iniciar minha fala dizendo que não devemos tratar o orçamento da Assistência Social como gasto. Pensar em atuar na Assistência Social é pensar em trabalhar com as pessoas. Estamos falando de gente, portanto, quando se fala em direitos e benefícios sociais entende-se que não podem ser considerados como gastos, mas sim como investimento nas pessoas. Investimento nas pessoas que, com o nosso auxílio, devem e podem ter uma vida com maior dignidade. Esse é o primeiro ponto que eu queria reafirmar.

O segundo, que me causou muita estranheza, foi durante toda audiência pública o Secretário e a Secretária baterem palmas para todas as afirmações que nós trouxemos aqui, afirmações essas que falam mal, desconstroem e apontam o quanto foi danosa essa gestão

dentro da Assistência Social, neste Governo.

Não entendi por que bater palmas se nós estamos apontando irregularidades, questões que não concordamos. Não entendi. Só posso pensar que há duas coisas: cinismo ou cara de pau.

- Manifestação do público.

A SRA. MÁRCIA PERONI - Vou fazer rapidamente uma análise desses dois anos de gestão. Quando eles dizem que não fecharam nenhum serviço, primeiro que não precisa - como o Ricardo falou - as ONGs estão entregando serviço, porque não conseguem mais se manter. Entregam porque não há diálogo, não há escuta. Há simplesmente uma desconstrução da política na Cidade.

Foram fechadas cinco mil vagas no SAS, cinco SASs. Sabem o que isso significa? Milhares de pessoas deixaram de serem atendidas, famílias que são atendidas nos SASs. Isso se multiplica em cinco e dez. Eles têm a cara de pau de dizer que nada fecharam.

Sabe por que eles querem dizer e colocar a CCInter? Porque CCInter no final dessa gestão vai computar que eles nada fizeram, nada abriram, nem um servicinho sequer, a não ser os CCAs. Eles vão computar número de atendimentos de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, porque é um mega serviço que atende tudo isso.

Como eles não conseguiram abrir nenhum, estão forçando a barra para abrir CCInter porque vai ter de aparecer número no final dessa gestão maldita, como eu costumo dizer, porque nada de bom aconteceu nisso daqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, Márcia.

A SRA. MÁRCIA PERONI - Por que quer fechar a CJ? Por que quer fazer Cedesp? Alguém perguntou para os adolescentes e para os jovens se eles querem só um projeto de formação profissional? Alguém perguntou se querem outra proposta? Se eles querem a continuidade de um CJ mais aprimorado, com outras atividades, com outra proposta, ninguém perguntou? Então nós só temos proposta para formar adolescente profissionalmente. É só isso

que a gente deseja para eles?

Quero reafirmar que o orçamento foi reduzido sim. O orçamento foi reduzido a partir do momento em que não se previu ampliação de serviços e não se incorporou o dissídio das organizações deste ano e do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, Márcia.

A SRA. MÁRCIA PERONI - Quero dizer com isso que houve sim uma redução.

Vou terminar com as perguntas: primeiro para o Coordenador de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Ahmed.

A SRA. MÁRCIA PERONI - Há 30 anos eu sou funcionária desta Prefeitura, na Secretaria da Assistência Social. Nós já passamos por Jânio, Maluf, nem imagine por quantos, mas sempre, sempre, vou afirmar aqui, houve dinheiro para ampliação de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Faça a pergunta, Márcia.

A SRA. MÁRCIA PERONI - Eu vou perguntar para você: por que agora não tem dinheiro? Quanto foi gasto, quero que você diga para todos aqui, qual foi a alocação de recursos para a Secretaria de Comunicação? Qual foi a alocação de recursos para a Secretaria de Parcerias, que vocês querem vender a cidade de São Paulo inteira? Qual foi a alocação? Quero que você conte aqui, porque há uma inversão de gestão, por isso não tem dinheiro. É isso que a gente tem de ter claro.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Márcia.

A SRA. MÁRCIA PERONI - É uma inversão total. Eu não terminei.

Vou fazer a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Você não terminou, mas o seu tempo já estourou em um minuto.

A SRA. MÁRCIA PERONI - É rapidinho. É rapidinho.

Por que SMADS está removendo à revelia, por perseguição, os trabalhadores, as servidoras públicas, apoiadas pelo Sabará, onde nesta Secretaria está se praticando assédio

moral. Quero perguntar para o Sabará, mas ele foi embora, então a Gitane vai responder. O que eles estão fazendo para breçar com isso, porque é uma vergonha, vai ficar no marco da gestão deste Governo.

Dois, quero perguntar de novo, Gitane, você vai reduzir segurança, viatura e limpeza dos CRAS e CREAS, para poder passar esse orçamento chinfrim que vocês deram conta aqui?

Terceiro já perguntei para o de Finanças.

Por ultimo, quero só deixar um recado: o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo precisa ser implementado, viu Gitane, para isso, a minuta do Decreto está na Casa Civil pronta para o Prefeito assinar. Será que vocês poderiam encaminhar essa minuta? É capaz de terminar o Governo e não encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Márcia.

Edson José Mineiro...

A SRA. MÁRCIA PERONI - Por fim, Gitane, só te dizer, cuida desta gestão porque é uma vergonha o que vocês estão fazendo com a Márcia, desaparecida há 30 dias, que vocês não têm coragem de dar uma satisfação nem para os trabalhadores nem para a família.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos lá. Edson José Mineiro, depois Robério Nascimento, depois João Batista.

O SR. EDSON JOSÉ MINEIRO - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a todos da Mesa.

Primeiro, a gente gostaria de, se possível, depois entregar um exemplar do Estatuto da Criança e Adolescente ao Secretário de Assistência Social porque me parece ele não conhece absolutamente nada do ECA. Quando ele vem, traz uma fala tão absurda com crianças e adolescentes em situação de rua.

Segundo, colocar algumas questões para SMADS. Tivemos uma audiência pública, no Ministério Público, onde dissemos que necessitamos da criação de 35 SAICAs na cidade de

São Paulo. A própria SMADS apresenta esses dados. No momento de trazer aqui a questão do orçamento, ela traz a ampliação de apenas dois SAICAs. Acho que fica um discurso muito conturbado quando a gente propõe algumas coisas, a própria SMADS sabe da responsabilidade que tem para poder executar, mas, na hora apresentar as mudanças, vem aqui e faz um discurso totalmente contrário à necessidade da população de São Paulo.

Em terceiro lugar, queria falar com a Secretária de Direitos Humanos. Não são os conselhos tutelares que se recusam a apresentar qualquer tipo de dado e informação sobre o atendimento. Nós tivemos uma proposta de relatório diagnóstico apresentada à Secretaria de Direitos Humanos, há mais de três meses, mas a Secretaria sequer deu resposta. Eu tenho toda documentação para comprovar isso.

Nós tivemos, no dia 23 e 24 de agosto, uma formação inicial com 16 membros da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, junto com a Vanessa, a responsável pelo Sipia. Depois disso, apresentamos agora, no dia 9, um cronograma para que o Sipia pudesse ser apresentado a todos os conselhos tutelares da cidade de São Paulo. Na última quinta-feira, conversando com a CPCA, que faz parte da Secretaria de Direitos Humanos, a responsável sequer tinha lido o *e-mail*, com a proposta que a gente tinha colocado.

Não são os conselheiros tutelares que não querem apresentar os dados dos atendimentos feitos, mas a Secretaria que precisa se organizar para, de fato, poder fazer as coisas acontecerem na cidade de São Paulo.

Quanto à formação dos conselhos tutelares, nós não tivemos formação nos últimos anos. Isso precisa ficar muito claro. No último ano, a gente veio aqui para esta Casa, solicitou recurso para a formação, porque a justificativa era a de que não tinha formação, conseguimos aprovar, no orçamento, dois milhões para a formação, porém, esse dinheiro ficou congelado, a Secretaria de Direitos Humanos não utilizou um real desse dinheiro, não solicitou que esse dinheiro fosse desbloqueado.

Houve duas tentativas de processo, dentro do Conselho Municipal, para que as

formações acontecessem, porém, o Governo barrou as duas tentativas, chegando, inclusive, a dar um parecer de que conselho tutelar e criança e adolescente não tem nada a ver. Fica muito difícil o trabalho do Conselho Tutelar no dia a dia.

Quero deixar claro para todos que as conferências, de fato, só aconteceram porque as organizações sociais e os conselhos tutelares, poucos membros dos poderes públicos, se organizaram em seus territórios para tal. Não foi, de maneira alguma, colocado um centavo para as conferências regionais da cidade de São Paulo, isso é um grande absurdo. A gente teve de, enquanto Conselho e sociedade civil, se virar para poder fazer o atendimento e as conferências acontecerem em cada um dos nossos territórios. Infelizmente, a própria Conferência Municipal, por um bom tempo, esteve ameaçada de acontecer por conta da falta de contratação da equipe necessária para fazer as conferências municipais.

- Assume a presidência a Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Concluindo.

O SR. EDSON JOSÉ MINEIRO - Por último, queria deixar muito clara que, em 2015, a gente passou por um processo de eleição muito difícil. Acho que a eleição do conselho tutelar é a segunda que mais mobiliza pessoas na Cidade, mesmo sendo facultativa. Essa eleição foi uma vergonha para a cidade de São Paulo, porque a eleição teve de ser refeita tamanha as dificuldades encontradas no processo eleitoral.

Tanto a Secretaria de Direitos Humanos como a de Finanças, sabendo que têm uma responsabilidade imensa para organizar a eleição dos conselhos tutelares, sequer orçam qualquer tipo de recurso para que a eleição aconteça. Isso, para mim, fica claro como as secretarias pensam sobre o conselho tutelar e o atendimento de crianças e adolescentes, na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Robério Nascimento, Conselho Tutelar da Sé; em seguida, João Batista, do Fórum Municipal de Assistência Social.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO - Boa tarde a todos. Cumprimento os integrantes da Mesa, a Defensoria Pública que é de extrema importância, porque também faz parte do sistema de garantia do direito da criança e do adolescente.

Antes, farei um registro e uma solicitação, porque às vezes a pessoa sentada do lado de lá, Secretária de Direitos Humanos, Sra. Berenice, também a representante de SMADS, a gente chega a ficar constrangido. Não sei como os senhores não ficam constrangidos em falarem coisas que não são reais, se para quem vai atuar na área da Assistência Social e de Direitos Humanos têm de ter, como princípio ético, apresentar coisas reais.

Uma delas é que nós estamos pedindo uma devolutiva à Smads, Proteção Social Especial, com relação ao que aconteceu com as famílias do Edifício Wilton Paes de Almeida, aquele que desabou devido ao incêndio no Largo do Paissandu. Porque, inclusive, tem reiteração lá do Conselho Tutelar da Sé, mas a Proteção Social Especial, até hoje, não nos respondeu.

Sabe por quê? Nós temos uma Secretária de Direitos Humanos que fez uma representação contra aquelas famílias vítimas de uma tragédia. Essa foi a Secretária de Direitos Humanos da gestão anterior, para os senhores saberem.

Aquelas famílias foram vítimas da omissão do Estado. As crianças e os adolescentes foram vítimas da omissão do Estado. Está lá no inciso primeiro, do 98, para quem não leu. Nós não aceitamos que as vítimas ainda tenham de pagar o preço por uma tragédia daquelas.

Então nós estamos pedindo para que a SMADS nos responda, porque parece que é característica dessa secretaria não responder aos órgãos de direito. Não responde. Inclusive, a Resolução 03, que teve uma audiência com o Ministério Público, o Secretário não apareceu e

o Ministério Público estava reclamando que não recebe devolutiva de SMADS.

Mas eu queria registrar isso. São tantas coisas, mas para falar de crianças e adolescentes, durante três minutos, a gente não consegue.

Mas nós gostaríamos de dizer um pouco sobre a situação de rua. Sou conselheiro da Sé, onde este problema é muito grave no Centro Expandido de São Paulo. O Secretário diz que está dando formação para os trabalhadores. Não é verdade. Vou dar um exemplo, está surgindo um novo perfil de adolescente no Centro de São Paulo que não tem histórico de acolhimento institucional.

O CREAS fecha às 18h, aí o CEAS faz a abordagem e está perguntado para nós, conselheiros, o que fazer? Estão perguntando: conselheiro, estou aqui com esse problema o que eu faço? O CREAS está fechado, liga lá. Outra característica deste Governo é mudar as coisas e não discutir com a sociedade. (Palmas.)

Era CAP, agora é SEPAS, acho que é isso. Porque os telefones também não funcionam. Aí o CEAS liga para o SEPAS e eles mandam ligar para os conselhos e fica o CEAS sem referência.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO - A gente entende que os CREAS também estão precisando de profissionais e de estrutura, porque é muito fácil chegar aqui e colocar a culpa nos serviços, nas organizações que assumem os convênios, que entregam o serviço por falta de orçamento, de RH e de estrutura, para botar a culpa (Palmas.) nas organizações e dizer: eu não estou fechando o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Robério.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO - Está fechando sim, porque não dá condições de

trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

O SR. ROBÉRIO NASCIMENTO - Apenas mais trinta segundos, Vereador.

Queria dizer o seguinte, trabalho novo. Fiquei pensando nos adolescentes. Trabalhei 13 anos como orientador social. Adolescentes que atendi pela primeira vez continuam nessa vida de SAICA, qual é a política que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social tem para a criança e o adolescente, além de SAICA? Porque eu acho que ninguém aguenta mais isso. Há alguma alternativa? Há políticas complementares? Porque não funciona essa coisa de acolher em SAICA, eles entram hoje e amanhã estão na porta dos conselhos, CREAS e assim por diante.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – João Batista. Depois o Evanildo e, para encerrar, Eliana Toscano.

O SR. JOÃO BATISTA - Apesar dos pesares eu vou falar boa tarde, fico feliz em estar numa Mesa onde, felizmente, nós podemos ter diferenças políticas. Parece que, futuramente, não é o que está no programa. Em democracia temos que poder trocar ideias. E no capitalismo quando temos uma visão financeira também temos de ter uma visão humana e de representatividade. Acho que a SMADS fala muito do capital, mas esquece de falar de democracia que é uma das bases do capital.

A cidade de São Paulo tem prioridade sim. A prioridade é exterminar a população negra periférica, as mulheres, os índios e os idosos. Essa é uma política que está sendo aplicada e implementada agora. As crianças que morram snifando, cheirando garrafinhas de lança perfume na Praça da Sé, ou que tomem balas e bombas na Cracolândia. Aliás, essa também é outra meta: a compra de balas e de revólveres. Isso também está bastante alto. Outra prioridade que esta Cidade também tem é subvencionar empresas de transporte aí pelos cantos.

Tenho algumas questões trazendo tudo isso, já que é uma entrada meio desagradável, mas vamos trazer. Poderia também falar que o (Ininteligível) também não me representa, mas essa não é a pauta do dia. A pergunta é a seguinte: quando será a última audiência geral, porque o Natanael me trouxe um dado que não tinha, que não temos data. A última data agendada é dia 21 e depois não temos mais nada.

Quero esclarecimento também sobre a questão da flexibilização do RH. Para nós que estamos trabalhando nas organizações também não está claro em relação a isso.

O CT talvez não tenha uma verba para as eleições porque serão feitas dentro de certas movidas religiosas, como vimos da última vez também. Mas traria essas duas coisas, como vamos fazer essa audiência geral.

Fora isso vou me dirigir para esta sala e jogar uma responsabilidade que é voltar para as nossas bases. E vamos movimentar essas bases para voltarmos aqui nas próximas audiências e principalmente nos dias 10 e 13, em que estamos organizando essas duas mobilizações. E lá podemos discutir ética e nos articularmos para saber como vamos continuar esse movimento.

Então acho que vir aqui somente para lamentação não vale. Precisamos ver como estamos articulados no território. Este momento está sendo duro para todos nós, mas se ficarmos só na lamentação não vai dar em nada. Temos de continuar. É uma caminhada no dia 13 de novembro. Vamos divulgar essas informações para vocês. Pena que o Secretário Filipe Sabará não esteja por aqui, porque com a eleição do Doria finalmente vamos estar livres dele. Talvez o Secretário tenha uma promoção para outro local. Não sei, mas enfim, a luta continua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vanilde Isidoro dos Santos. (Pausa) Sra. Eliana Toscano.

A SRA. ELIANA TOSCANO – Boa tarde a todos, meu nome é Eliana Toscano, sou Conselheira do POP de Rua, representando o Clube de mães do Brasil, também conhecido

como Castelinho da Rua Apa e represento com muito orgulho a minha atual família que é a Cracolândia.

Estou aqui na verdade para responder a dúvida do Suplicy, ele não está aqui, mas depois subo no gabinete e converso com ele, sobre o Projeto Redenção. Particpei, no último dia 29, do Conselho Municipal de Saúde, em que estava presente um técnico do Redenção, Nilson, que acabou passando informações superimportantes para nós, população, para saber o quanto está sendo sucateada não só a Assistência Social, como a Saúde também.

O Projeto Redenção é diferente do consultado de rua. Trabalha diretamente com a internação que não é compulsória. O usuário problemático de substâncias psicoativas procura por conta própria. Acontece que das três clínicas hoje, uma está descredenciada, a João de Deus. E a Cantareira e a Nossa Senhora de Fátima não conseguem acolher toda a demanda porque é muito grande.

E o que acontece? O usuário vai para a clínica, fica lá durante 30 dias na desintoxicação, o que chamamos também de engorda e retorna para a Cracolândia, porque não existe nenhum projeto que dê continuidade com trabalho, assistência, nada. O que sinto falta e posso dizer por que estou na rua, estou na Cracolândia e sei como funciona. Não existe nenhum SASF, nenhum Serviço de Assistência Social às Famílias, porque dentro da lei do SASF isso só cabe para quem tem casa, não para quem está na rua. E há muitos que querem ser reintegrados nas suas famílias, mas não tem como.

E a Cracolândia é um terreno muito fértil. Lá tem de tudo e são pessoas maravilhosas, principalmente os artistas. Sou uma mulher em situação de rua e tenho uma maloca ali na Duque de Caxias, cola lá para a gente tomar um suco artificial dentro da garrafa plástica, porque é assim que eu cozinho dentro da minha maloca. Pena que o Sabará foi embora, mas ficou a coitada, a gente está com pena de você de verdade, segurando essa bomba. Fala para o Sabará colar nas malocas de vez em quando, fazer o serviço que a Soninha fazia antes como Secretária, mas que pena, a Soninha não agradou muito a atual

Gestão porque ela é humana. E humano não funciona muito. A gente está muito preocupada com números, índices e dinheiro.

Eu tenho um projeto social para abrir duas casas, uma de acolhida e uma terapêutica. Se você me der 10 milhões de reais na minha mão – te juro -, esse valor vai ser vitalício porque o meu foco não é dinheiro. O meu foco é humano. E do jeito que está indo está sucateando tudo. Primeiro, a nossa Saúde era para ser preventiva e não curativa. Segundo, que a Assistência Social... Existe Assistência Social? Já trabalhei em equipamento público e sei como funciona, quando você é um bom funcionário, é humano, você não cabe.

- Manifestação na plateia.

A SRA. ELIANA TOSCANO – E excluído. Que bom que peço as contas porque sou esperta. Vou antes.

Para finalizar, conheci um rapaz do Haiti na reunião do PIU, plano de urbanização, o Keder Lafortune, que falou uma frase que me impactou demais: a minha nacionalidade é humana. E é o que somos, humanos. E temos trabalhado humano para o humano, da rua para a rua.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio a próxima audiência pública para o dia 07, temática Habitação. E envolve a Cohab; o Fundo Municipal de Habitação; Secretaria Municipal de Gestão; também o Ipem e Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte.

No dia 14, Educação; Esportes; o Fundo de Esportes, Lazer e Recreação; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. No dia 21, Secretaria de Saúde; Fundo Municipal de Saúde; Autarquia Hospitalar Municipal; Secretaria Municipal das Subprefeituras; a Fazenda porque também é geral, final; Tribunal de Contas; Secretaria da Pessoa com Deficiência.

Houve uma solicitação aqui, a Secretaria de Serviços e Obras não consta em nenhuma. Então vamos ter de embutir.

Quero comunicar definitivamente, vocês ouviram que o Vereador Gilson Barreto – havia anunciado Relator -, disse que há um problema técnico, que preside a Comissão de Administração Pública. Sem demérito nenhum, mas Bispo Atilio, e não por eliminação em hipótese alguma porque já foi Relator aqui e acompanha esta Comissão há seis anos, então está designado o novo Relator de Finanças e Orçamento. Sorte ao Vereador Atilio Francisco.

Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine e depois os encaminhamentos.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente. Quero registrar a presença do Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Vereador Rodrigo Goulart presente. Perdoe-me, Vereador.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vou ser bem superficial para não tomar muito tempo. Fico feliz que a Secretaria tenha assumido o compromisso de ampliar o número de repúblicas ao invés de continuar ampliando o número de vagas nos equipamentos de grande capacidade, porque o caminho da reconstrução de autonomia exige que as pessoas sejam, no mínimo, tratadas como adultos. E isso não acontece nos serviços de acolhimento convencionais com um dormitório para centenas de pessoas e a hora do banho, hora de apagar a luz, hora de acender a luz.

No ano passado quisemos discriminar esse valor para repúblicas e isso não é possível no orçamento tal como está formatado hoje. Então no fim, a Secretaria de Assistência acaba tendo uma dotação gigantesca para centros de acolhida. E não conseguimos fazer esse direcionamento.

Para surpresa de muita gente, muitos já sabem disso, mas o custo individual do serviço de república - que é muito melhor do que o centro de acolhida, incluindo os CTAs, que são centros de acolhida no final das contas – é menor. Então conseguimos atender mais pessoas de um jeito melhor e com uma despesa menor per capita.

Peço que se pense, na tipificação nacional é rígida a divisão: homens, mulheres,

jovens. Mesmo assim queria que se pensasse na criação de uma república para pessoas trans, a Cidade tem um centro de acolhida especializado em pessoas trans, a Casa Florescer. E aí tem algumas no Zaki Narchi, outras no Lígia, e é um convívio que não condiz com a identidade de gênero das pessoas. A Casa Florescer, se não me engano, são só 20 vagas e têm pessoas que na saída da Casa Florescer, que já estão com estrutura suficiente para estarem num serviço com mais autonomia e esse serviço não está disponível.

Pedir, como já pedimos em outras ocasiões, em centros de acolhida, mais vagas para convalescentes. É um absurdo o número de pessoas que tiveram alta clínica em hospitais, em prontos-socorros e continuam internadas porque não tem uma vaga em serviço de assistência social. Estão ocupando um leito hospitalar, mas sem a necessidade de um atendimento em saúde, médico, mas não tem para onde ir. O número de vagas para convalescentes é muito pequeno, acho que são dois serviços na Cidade e precisamos aumentar isso.

Sobre idosos, se entendi bem, o Secretário foi agora participar do evento tratando da articulação entre Saúde e Assistência Social para o atendimento a idosos. Sabemos que os serviços para idosos são questionados na Justiça por não terem profissionais de Saúde como o Estatuto do Idoso determina, mas não há recurso da Assistência Social para contratar um profissional da Saúde.

Então os serviços de acolhimento a idosos, como alguns de pessoas com deficiência também, que tem baixa autonomia, um grau grande de dependência, precisam pela lei federal ter profissionais de Saúde que não podem ser remunerados pela Assistência Social.

Precisamos ter clara a construção do orçamento para o ano que vem que terá um recurso para contratação do profissional de Saúde para atuação no serviço de Assistência Social. Não adianta só o termo, a formalização sem a destinação do recurso.

Em relação ao que já foi dito aqui para os idosos, mais centros dia, mais atendimento domiciliar. E não pensar só na maior criação de instituições, de vagas

institucionalizadas para o acolhimento de idosos, mas na possibilidade de preservar suas relações familiares quando tem condição para isso.

Mais recursos para SASF, por favor, a proteção básica. Falamos muito que a população em situação de rua é a invisível, mas na verdade é muito mais visível e por isso incomoda no bom e no mau sentido, do que as famílias, os domicílios e aqueles que são atendidos pela proteção básica. Não se fala muito, não há esse anseio popular até para mais recursos para o serviço de SASF.

Sobre a antiga CAPE, se alguém aqui já conheceu a estrutura da CAPE dá para entender em parte porque funciona tão mal. É uma estrutura precaríssima, no ano passado a CAPE chegou a identificar um imóvel para se instalar em condições melhores para o seu próprio funcionamento e no fim isso não deu certo. E uma parte do que gastamos na Assistência Social é mal gasto do ponto de vista da efetividade, também porque a CAPE não funciona bem.

Então é preciso gerenciar melhor a oferta de serviços, o câmbio, recâmbio. Não adianta oferecer uma vaga em Ermelino Matarazzo para alguém que solicitou acolhimento aqui na Praça da Sé. E depois, no dia seguinte está lá em Ermelino Matarazzo e não tem como voltar, como se deslocar para lugar nenhum.

Concluindo, Vereadores, sobre os SAICAs tenho uma divergência conceitual. Discordo da decisão normativa tomada pelos conselhos de reduzir as vagas de SAICAs obrigatoriamente de 20 para 15. Acredito que conforme o público atendido, conforme o perfil da criança e do adolescente, precisa ter um número menor de crianças e adolescentes atendidos. Mas havia SAICAs que funcionavam muito bem, com instalações, com um corpo de recursos humanos e que atende ainda 20 pessoas e que passa a ser obrigado a atender menos pessoas.

Quer dizer, por uma decisão de tipificação local reduziu-se o número de vagas disponíveis para crianças e adolescentes gostaria de rever isso, de me dirigir aos conselhos e

rediscutir isso.

Para concluir, sobre conselhos tutelares, de fato uma parte do orçamento de conselhos tutelares está nas subprefeituras e com uma distribuição muito desigual, difícil até de entender porque a verba disponível para o Conselho Tutelar de Guaianases é muito maior do que a disponível para outro Conselho Tutelar. Vamos ter de examinar isso muito bem. Oferecer uma estrutura mínima, básica, descente para o funcionamento dos conselhos tutelares, para sua capacitação, para as eleições.

E em relação ao censo quero deixar um registro. O censo vem sendo feito pela FIPE, acho que já foram dois censos em governos diferentes. E tem um custo muito alto e não é capaz na metodologia empregada de fornecer as respostas de que precisamos para criar uma rede de serviço sócio assistencial pelo seguinte: o censo conta indivíduos sem levar em consideração a sua organização em grupos. Grupos familiares, grupos de relações afetivas. A população em situação de rua reconhece o seu grupo de convivência na rua como a sua família.

Analisamos o censo e depois dizemos assim: são 20 mil, dos quais 15 mil são homens, 5 mil são mulheres. Então precisamos criar não sei quantos serviços para homens, não sei quantos serviços para mulheres, desrespeitando as relações que existem entre as pessoas e inviabilizando o acolhimento realmente humano, respeitoso daquilo que as pessoas são. Os indivíduos não são sozinhos no mundo.

Então que se leve isso em consideração. Até a divisão metodológica que a FIPE adotou, acolhidos e não acolhidos. Mas esse movimento entre acolhido e não acolhido é constante, é diário. Não dá para separar assim, acolhidos são tantos e não acolhidos... Esses que contam como acolhidos no critério da FIPE estão acolhidos na segunda e na terça não estão. Eles têm a vaga fixa e depois de três atrasos de 15 minutos já não têm mais a vaga fixa.

Então precisa rever esse método para que obtenhamos respostas e precisa, portanto, fortalecer uma atividade meio importantíssima que é o Observatório da Assistência

Social, porque senão acabamos abrindo serviços aonde tem um galpão disponível. Esse é o critério. Temos de abrir serviços conforme o estudo mesmo do território, do tipo de demanda. Não adianta ter um CTA atrás da Central de Triagem Carolina Maria de Jesus, onde é difícil chegar, é difícil o acesso.

Então é muito importante reforçar os recursos para o estudo, para o diagnóstico, para o mapeamento; e é um recurso muito grande que vai para o censo e que não produz, no fim, os resultados indicados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Soninha.

Vamos começar pela Secretária Berenice. (Palmas)

O SR. AHMED SAMEER EI KHATIB - Sr. Presidente, permite inverter a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Pode ser o Ahmed.

O SR. AHMED SAMEER EI KHATIB – Duas perguntas me foram direcionadas pela Márcia. Então, Márcia, assim como você eu também sou servidor de carreira. Não tenho a sua experiência, mas um dia chegamos lá.

Haverá uma audiência pública para discutir essa questão dos gastos com publicidade etc., que estão na Secretaria de Governo, na Secretaria Especial de Comunicação, Mas adianto que foi gasto pouco mais de 70 milhões com as seguintes ações: chuvas de verão, dengue, asfalto novo, que são promoções de interesse da Cidade.

Com relação à bonança do passado, eu não posso afirmar como foi a execução, como foi a arrecadação em tempos pretéritos, mas o que eu digo é o cenário atual de execução em 2018, previsão em 2019, um cenário não muito cômodo em função dos gastos que já listei aqui.

- Fala fora do microfone.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA - Bom, em relação às questões feitas, houve um questionamento sobre os desaparecidos e eu tinha colocado na minha explanação o

trabalho que a gente faz em relação aos desaparecidos. Para não repetir, se a pessoa depois quiser conversar comigo, eu tenho aqui todas as informações.

O orçamento da eleição: a eleição do Conselho Tutelar vai acontecer. Como nós vamos, no orçamento com a Fazenda, se nós vamos pensar em emendas, enfim, essa é uma questão que a gente vai decidir ao longo do ano.

Com relação aos projetos do Fumcad, o Fumcad tem uma delimitação de onde pode ser empregado, e eu confesso que estou um pouco surpresa com a má qualidade dos projetos que são apresentados ao Fumcad. Então acho que isso também precisa ser revisto, porque tem projetos ali que a Secretaria diz que não eram convenientes e que depois foram aprovados pelo Conselho, sem justificativa. A gente está vendo um pouco isso, porque tudo é recurso público e, portanto, precisa ser gasto com responsabilidade e com seriedade.

Os recursos do Fumcad não podem ir para capacitação dos conselhos tutelares, por isso que o projeto não foi aprovado nem poderia ser, a gente não podia fazer isso. Nós vamos ter agora a Conferência Lúdica e a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente, já estamos em processo final de contratação da FGV para fazer todo esse trabalho e acho que vai dar tudo certo.

Com relação à Casa da Mulher Brasileira, ela vai ser aberta no ano que vem e evidentemente ela não vai suprir o que os outros centros nosso e da Smads fazem. Eles vão continuar existindo, mas a Casa da Mulher Brasileira tem outro perfil, porque vai ter juiz, promotor, defensor público. Esperamos que eles estejam, porque, na minha experiência de Fundação Casa, todas as vezes que a gente precisava de juiz, promotor e defensor público dentro, a gente não tinha; então quero ver se a gente vai conseguir fazer isso na Casa da Mulher Brasileira, para de fato ter o sistema de justiça todo funcionando lá dentro e dando o apoio que as mulheres vítimas de violência merecem.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A questão dos indígenas, alguém... Fábio me

passou, havia uma pergunta para a Secretária Berenice.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode ser, Secretária?

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – A pessoa com deficiência tem uma Secretária própria, que o Secretário Cid Torquato, que virá aqui...

- Fala fora do microfone.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Mas eu não sou da Smads, então depois a Gritante pode responder.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Teremos dia 21, entre as pastas, Secretaria da Pessoa com Deficiência. Mas vamos...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, sim. Só para reforçar.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Com relação ao Conselho dos Povos Indígenas, como eu também coloquei na minha apresentação, nós vamos ter neste ano a eleição do Conselho. A gente espera, a partir daí, começar a fazer essa política funcionar.

- Fala fora do microfone.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Mas nós temos o programa que foi a apresentação que eu fiz.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Vamos agora para Gitane; depois ouviremos o futuro relator.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Eu vou tentar responder a todas que anotei aqui, começando pela Soninha.

Soninha, nós somos grandes críticos da Assistência, do ponto de vista das coisas que podem ser melhoradas, da forma de agir, dos serviços. As oportunidades que a gente tem

dentro da Assistência são inúmeras. Infelizmente a gente tem que priorizar, infelizmente a gente tem restrição orçamentária.

Só para deixar claro, teve uma fala do Edson sobre qual o posicionamento da Secretaria em relação ao orçamento, se está *okay* ou não está em relação às demandas, na nossa visão ele não está *okay*, tanto é que a gente propôs um orçamento maior. Não foi o valor que a gente teve da Fazenda, a gente propôs um orçamento maior, com ampliação de serviços dentro da Cidade.

Nosso foco foi em crianças, adolescentes e idosos, porque a gente participa de diversos fóruns e vê que realmente existe essa demanda, além das informações que a gente coleta no Observatório, então a gente fez essa proposta. Infelizmente, como explicou o Ahmed, a gente não teve recurso. Nossa esperança é que a Câmara, de alguma forma, faça algum ajuste, mas a gente não teve o recurso necessário para o que a gente entendia como demanda prioritária da Cidade. Também não é toda a demanda da Cidade.

Em relação às repúblicas, a gente tem a proposta, sim, de abrir uma primeira república neste ano – vamos ver se a gente vai conseguir. Em relação às repúblicas e ao reordenamento que a gente está fazendo dentro das pessoas em situação de rua, a gente entende que é uma necessidade e também é uma forma de reduzir custo.

Em relação ao trabalho novo, que foi colocado aqui em diversas falas, nós também somos grandes críticos do processo do trabalho novo. A gente entende que é uma oportunidade, sim. A gente trouxe pessoas aqui falando sobre a importância para quem conseguiu essa oportunidade, mas a gente entende que a gente poderia estar gerando um número maior de oportunidades. Acho que existe oportunidade, sim, de melhoria, mas não se pode deixar de reconhecer o que foi feito. E a gente entende que o trabalho novo também é uma forma de ter uma saída qualificada dos nossos centros; a gente trabalhar a segunda palavra da Assistência, que é o desenvolvimento.

Em relação ao que a Márcia falou, o objetivo não é reduzir limpeza nem vigilância.

Nosso objetivo aqui é olhar essas contratações, identificar formas diferentes de contratar, para que tenha um custo menor. A gente não quer eliminar limpeza nem reduzir o número de vigilantes. A gente quer contratar melhor.

Eu vou dar um exemplo: carros. Hoje a nossa contratação é pelo dia, e a gente entende que em alguns casos poderia se contratar por horas, seria mais barato. A gente já fez essa análise do ponto de vista de quilometragem. Quando se compara quilometragem versus o que a gente paga, existiria oportunidade. O que a gente está olhando, o exercício que a gente está fazendo é com o objetivo de reduzir o custo ou de mudar a forma de contratação, e não acabar com essas contratações. Talvez eu não tenha sido clara em relação a isso.

Em relação a ILPI e Centros-dia, tinha uma proposta, nesse valor que a gente trouxe, de ampliação de 13 ILPIs. Infelizmente não teve recurso. A gente está olhando, sim. Um ponto que a Márcia colocou, por que eu bati palmas? Eu vou responder por mim, não posso responder pelo Secretário. Eu bati palmas porque acredito no processo participativo. Tem muitas coisas que vocês falam e que gente concorda. A gente tenta levar todos esses pontos em consideração, só que infelizmente há limitações. Dentro que é possível a gente leva, sim.

A gente apresentou a proposta no FAS - aí teve uma fala do Alan em relação a isso -, a gente levou no Comas. Eu sou superautocrítica em relação a isso. Se você me pergunta se tem mais oportunidade de ser mais participativo, eu vou dizer que sim. Só que a gente cumpriu essas etapas, a gente fez, sim a apresentação, a gente fez o alinhamento, todos os questionamentos que foram feitos dentro do Comas a gente voltou e a gente apresentou.

Sobre os educadores volantes, a gente propôs, dentro desse mesmo orçamento de 1,5 bi, um educador volante a mais nos CCAs com o objetivo de garantir uma qualidade maior, porque está dentro da proposta que a gente fez e não teve o recurso. Mas foi proposto, sim, porque a gente entende que dentro dos Centros de Criança e Adolescente, que é a maior quantidade que a gente tem na Cidade, existe essa oportunidade e, muitas vezes, quando um

desses orientadores tem que fazer, por exemplo, uma capacitação, as crianças ficam sem. A ideia é aumentar o número, mais um dentro desses centros.

Em relação aos SAICAs, a orientação do Comas e também do CMDCA em relação ao número, isso também estava contemplado na nossa proposta e também não se consegue fazer por questão orçamentária. E a gente tem o monitoramento, que também alguém colocou aqui, de que muitas vezes não se consegue fazer o encaminhamento por falta de vagas para as pessoas em situação de rua.

- Fala fora do microfone.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Infelizmente eu não vou ter todas as respostas. Eu me comprometo a levar essas questões. Eu não tenho a visão de tudo que está acontecendo, de todos os detalhes que estão acontecendo na Secretaria.

- Fala fora do microfone.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Em relação a crianças e adolescentes, qual é nossa proposta? A gente tem um Cedesp que o objetivo é a gente trabalhar na capacitação dessas, então não é só o acolhimento. Também tinha uma proposta de ampliação no número de vagas e no número de serviços de Cedesp, infelizmente a gente não conseguiu recurso.

Só para dar uma ideia dos números, olhando básica e especial, tinha uma proposta de ampliação, na básica, de 59 equipamentos, representando um orçamento total de 40,8 milhões; e a gente tinha proposta de ampliação de 47 equipamentos na especial, representando um total de 44 milhões. Na proposta inicial existia essa proposta de ampliação. Considerando que o orçamento que a gente recebeu não comporta essa ampliação, o que a gente fez dentro do número que a gente recebeu foi tentar acomodar a estrutura atual para que ela não fosse prejudicada.

- Fala fora do microfone.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Márcia, a gente concorda com

vocês e aqui é a oportunidade que tem, na Câmara, de olhar e revisar isso.

- Fala fora do microfone.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Serviço 24 horas, o que a gente tem para pessoas em situação de rua...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Relator daqui a pouco vai dizer de onde vem o dinheiro.

- Fala fora do microfone.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – João, a gente não tem. Eu concordo. A gente tem um serviço para adultos. Infelizmente a gente não tem. É um ponto que a gente precisa trabalhar. Não temos.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos concluir. Concluindo.

A SRA. GITANE NATACHE SARAIVA LEÃO – Bom, é isso. É isso, gente, que eu tinha para responder. Espero que tenha trazido os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou passar dois avisos rápidos.

A Secretaria de Serviços e Obras será introduzida na audiência do dia 14, juntamente com Educação, Esportes, Verde e Meio Ambiente.

Queria finalizar com o Relator, Vereador Atílio Francisco. Por favor, mais alguns minutos.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Rapidamente. Boa tarde a todos.

Mais uma vez o desafio de fazer a relatoria do Orçamento. Nas outras vezes em nós tivemos oportunidade de prestar esse serviço, nós tínhamos mais facilidade de encontrar fontes no próprio Orçamento para fazer remanejamentos solicitados nas audiências públicas. Essa é a função das audiências públicas: dentro dos recursos apresentados pelo Executivo na peça orçamentária, a gente ver onde tem recursos que possam ser remanejados para atender às reivindicações de vocês.

Então eu vou precisar muito da colaboração de vocês. Eu sou um homem de fé, mas estou vendo que vou precisar usar muita fé para, nessa peça orçamentária, encontrar resíduos para atender a todas as reivindicações de vocês. A gente vai trabalhar, fazer o melhor possível para minimizar os problemas, porque resolver tudo não tem condições, mas procurar fazer o melhor para minimizar os problemas dos setores. Conto com o apoio de vocês.

Temos uma equipe que nos auxilia, que nos atende na relatoria, que é da Casa, o Emerson e seu time, pessoas de extrema confiança, competentes; o Eduardo, que me assessora. Vamos estar à disposição de vocês, está certo? Agora, precisamos unir forças e orações para encontrar fontes e fazer remanejamento para melhorar os serviços e as questões que vocês apresentaram aqui. Contem com a gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço.

Quero registrar que o fato novo deste ano é a presença da Defensoria Pública do Estado, que se comprometeu a estar conosco em todas as audiências. (Palmas)

Anuncio a presença do Vereador Ricardo Nunes.

Nada mais a tratar. Declaro encerrada esta audiência pública.